

República de Moçambique: Relatório do Corpo Técnico sobre a Terceira Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação — Relatório do Corpo Técnico, Comunicado de Imprensa.

No contexto da terceira avaliação do acordo com a República de Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e do pedido de modificação de critérios de avaliação, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- O Relatório do Corpo Técnico sobre a Terceira Avaliação do Acordo ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após as discussões concluídas em 19 de Outubro de 2011 com as autoridades da República de Moçambique sobre a evolução da economia e das políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 18 de Novembro de 2011, com base na informação disponível à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- Um Comunicado de Imprensa emitido em 7 de Dezembro de 2011

Os documentos relacionados abaixo foram publicados separadamente:

- Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da República de Moçambique*
- Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da República de Moçambique*
- Memorando Técnico de Entendimento*

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações sensíveis que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431
Telephone: +1 202 623-7430 • Telefax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Terceira Avaliação no Âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Desempenho

Elaborado pelo Departamento Africano
(Em consulta com outros departamentos)

Aprovado por Roger Nord e Dominique Desruelle

18 de Novembro de 2011

- **Discussões sobre o programa:** As discussões foram realizadas em Maputo, de 5 a 19 de Outubro, com o Ministro das Finanças, Sr. Chang; o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Sr. Cuereneia; os ministros da Energia, dos Recursos Naturais, da Mulher e da Acção Social, dos Transportes e Comunicações; com o Governador do Banco de Moçambique, Sr. Gove, e com outros quadros séniores. A missão também se reuniu com parceiros de desenvolvimento e o sector privado.
- **Contactos de aproximação:** A missão realizou contactos com membros da Assembleia da República e representantes da sociedade civil, tais como sindicatos, instituições de pesquisa e ONGs.
- **Corpo técnico:** Srs. Mueller (chefe), Gitton e Xiao, Sra. Svirydzenka (todos do AFR), Sra. Garcia (SPR), Sr. Lledó (representante residente), Sra. Bosten e Sr. Wane (escritório do representante residente). Os Srs. Conceição (OED) e Gazel (Banco Mundial) participaram nas discussões sobre políticas.
- **Relações com o Fundo:** O Conselho de Administração aprovou o segundo acordo trienal com Moçambique ao abrigo do PSI em 14 de Junho de 2010.

Sumário	Página
Sumário Executivo.....	3
I. Evolução Económica Recente.....	4
II. Desempenho no Âmbito do PSI e Desafios para as Políticas.....	9
A. Desempenho no âmbito do PSI.....	9
B. Desafio de Curto Prazo: Controlo da Inflação.....	10
C. Desafio de Médio Prazo: Criar Espaço fiscal para um Crescimento Mais Inclusivo.....	11
III. Riscos para o Programa.....	17
IV. Monitoria do Programa.....	19
V. Avaliação do Corpo Técnico.....	20
 Figuras	
1. Evolução Macroeconómica.....	6
2. Resistência a Crises Mundiais.....	7
3. Comparação Regional.....	8
4. Evolução dos Sectores Financeiro e Monetário.....	12
5. Evolução Orçamental.....	13
 Caixas	
1. Gestão dos Recursos Naturais e Crescimento.....	16
2. O Impacto da Crise Europeia.....	18
 Tabelas	
1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2009-16.....	22
2. Finanças Públicas, 2009-12.....	23
3. Finanças Públicas, 2009-16.....	24
4. Síntese Monetária, Trimestral, 2010-12.....	25
5. Balança de Pagamentos, 2009-16.....	26
6. Indicadores da Solidez Financeira do Sector Bancário, 2001-11.....	27
 Apêndices	
I. Carta de Intenções.....	28
Anexo 1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.....	29
Anexo 2. Memorando Técnico de Entendimento.....	44
II. O Impacto dos Megaprojectos sobre o Crescimento de Moçambique.....	50

SUMÁRIO EXECUTIVO

- **Moçambique continua a resistir à turbulência económica mundial de forma notável.** O crescimento do PIB real prossegue dinâmico, sustentado por boas colheitas e um forte desempenho no sector terciário. A redução acentuada da inflação reflecte, entre outros aspectos, o aperto na política monetária durante a maior parte do ano. Apesar do aumento dos riscos relativos à instabilidade económica mundial, a perspectiva macroeconómica de médio prazo para Moçambique mantém-se positiva.
- **O programa evolui, em grande medida, conforme o planeado.** Todas as metas quantitativas para fins de Junho foram cumpridas, à excepção do critério de avaliação da base monetária, que foi excedido por uma pequena margem. A respectiva meta indicativa para fins de Setembro foi cumprida com folga. A evolução no aspecto estrutural tem sido boa. O indicador de referência estrutural sobre a base de dados salarial e da função pública foi cumprido, enquanto o indicador de referência de fins de Julho sobre o encaminhamento à Assembleia da legislação contra a corrupção foi implementado com três meses de atraso.
- **No curto prazo, o foco do conjunto de políticas macroeconómicas ainda é a manutenção da actual desinflação, sem deixar de apoiar o avanço dos objectivos das autoridades de investimento e desenvolvimento social.** A política monetária terá como foco a maior redução da inflação e o estímulo ao aprofundamento financeiro. A política fiscal procurará aumentar o investimento público para colmatar o défice infra-estrutural e apoiar a expansão das redes de protecção social para combater a pobreza crónica. O espaço fiscal necessário deverá ser criado através de um forte e contínuo esforço de arrecadação, empréstimos não concessionais selectivos e aumento moderado dos empréstimos internos.
- **O corpo técnico recomenda a conclusão da terceira avaliação ao abrigo do PSI.** Ele apoia: i) a dispensa pelo incumprimento por uma pequena margem do critério de avaliação (CA) de fins de Junho de 2011 sobre a base monetária, ii) a alteração dos CA de fins de Dezembro de 2011 à luz dos desenvolvimentos económicos até à data e iii) o pedido das autoridades para adiar a aplicação do indicador de referência estrutural sobre o Plano de Investimento Integrado, de fins de 2011 para fins de Março de 2012, para que os quadros séniores ministeriais possam beneficiar da formação oferecida pelo Banco Mundial sobre selecção de projectos.

I. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

A actividade económica continua dinâmica, apesar da instabilidade na economia mundial. O progresso na redução da inflação tem sido significativo.

1. **O desempenho de crescimento de Moçambique mantém-se vigoroso.** A actividade económica no primeiro semestre de 2011 foi estimada em 7,5 por cento, amparada em boas colheitas e no bom desempenho do sector terciário. A operacionalização de duas novas minas de carvão em Setembro irá contribuir para o crescimento económico, que aponta para uma taxa de crescimento do PIB real de 7,25 por cento, consistente com projecções anteriores. O crescimento económico de Moçambique está a consolidar a posição do país como uma das economias de crescimento mais rápido na região (Figuras 1 a 3).

MPEF ¶2

Moçambique: Comparação com África Subsariana, Principais Indicadores, 2004-11

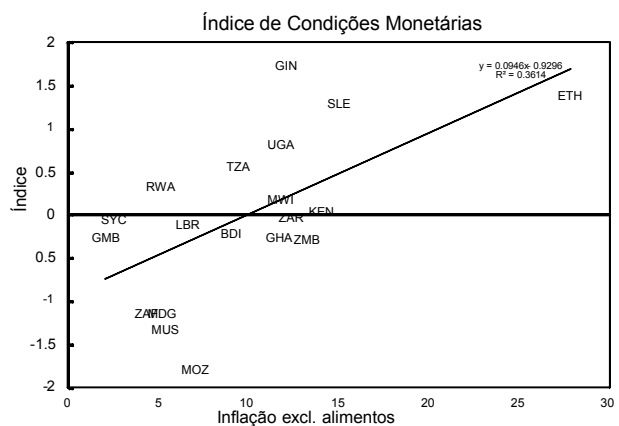
	Moçambique				África Subsariana - AS				AS - Economias de Fronteira ¹			
	2004-08	2009	2010	2011	2004-08	2009	2010	2011	2004-08	2009	2010	2011
				Proj.				Proj.				Proj.
PIB real, variação %	7.8	6.3	6.8	7.2	6.5	2.7	5.4	5.2	6.7	4.0	6.2	6.6
IPC, média do período, variação %	10.2	3.3	12.7	10.8	8.3	10.6	7.5	8.4	10.2	10.5	9.2	9.1
TCER, índice	100.8	101.2	86.0	...	101.6	109.7	108.0	...	104.4	110.0	108.7	...
Saldo de conta corrente, após donativos, % do PIB	-10.9	-12.2	-11.7	-11.2	0.9	-2.2	-1.0	0.7	-1.7	-5.1	-4.0	-3.3
Reservas internac. brutas, meses de importações ²	4.8	5.4	5.4	4.7	4.6	5.1	4.5	5.1	5.2	5.5	5.3	5.2
Saldo orçamental global, incl. donativos, % do PIB	-2.7	-5.5	-3.9	-3.5	2.1	-5.3	-4.2	-2.0	0.1	-5.0	-4.4	-4.0
Agregado monetário amplo (M3), % do PIB ²	30.3	40.2	42.0	39.5	42.6	49.5	48.0	47.9	30.4	35.4	36.0	35.6
Crédito ao sector privado, % do PIB	14.4	26.8	29.1	28.8	16.9	20.6	21.4	21.8	17.2	22.3	22.1	22.4

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Angola, Gana, Maurícias, Moçambique, Nigéria, Quénia, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

² Na comparação regional foram usados meses de importações do ano corrente. A definição do agregado monetário amplo acima reportado pode variar dependendo do país.

2. **Após o pico alcançado no fim de 2010, a inflação baixou para menos de 10 por cento.** A orientação de política monetária mais flexível adoptada durante a crise mundial, aliada à evolução da balança de pagamentos, provocou uma depreciação cambial e grandes pressões inflacionistas em 2010. Moçambique está entre as poucas nações da África Subsariana que aplicaram um aperto monetário inicial em resposta a estes acontecimentos.¹ O aperto monetário, a forte apreciação do Metical, as boas colheitas e a variação favorável dos preços internacionais dos alimentos e da energia forçaram uma descida da inflação para 8,25 por cento em Outubro de 2011, contra um



¹ O índice de condições monetárias apresentado no gráfico combina (com peso igual) as variações sobre o ano transacto da taxa de câmbio nominal em relação ao dólar com a medida em que a expansão monetária excede o crescimento do PIB real projectado em 2011. Considera-se, de um modo geral, que esta medida das condições monetárias tem uma correlação positiva com a inflação.

pico de 16,5 por cento em fins de 2010, o que oferece às autoridades condições para atingir a meta de 8,5 por cento para a inflação em 2011. O IPC dos alimentos foi o principal determinante do processo de desinflação, enquanto o aumento dos preços dos combustíveis pelo governo em Abril e Julho não teve um impacto significativo na inflação total. Contudo, o ritmo da queda da inflação subjacente (que não inclui alimentos, energia e transporte) foi menor do que a inflação total e ficou em 6,75 por cento em Outubro, contra um pico de 11,5 por cento em Fevereiro.

3. **A política fiscal apoiou o esforço de desinflação.** No primeiro semestre de 2011, o desempenho na arrecadação de receitas foi vigoroso, a execução orçamental foi prudente e o ritmo da execução da despesa de investimento financiada por doadores foi moderado, o que, aliado ao desembolso de empréstimos não concessionais abaixo do previsto, dentro do respectivo limite máximo do programa (USD 900 milhões), ajudou a conter a procura e contribuiu para a desinflação. No geral, as actuais indicações apontam para um défice orçamental em 2011 distintamente mais baixo do que o previsto.

4. **O desempenho das exportações e dos influxos de capital continuou vigoroso, enquanto as importações ficaram abaixo do previsto.** A previsão aponta para uma ligeira queda do défice de conta corrente para cerca de 11,25 por cento do PIB em 2011. Para além das fortes exportações dos megaprojectos no sector de recursos naturais, beneficiando da alta dos preços dos produtos de base, as exportações tradicionais também tiveram uma boa recuperação, o que deve mais do que compensar a factura de importações relacionada com combustíveis e alimentos e investimentos dos megaprojectos. Esta evolução, aliada à afluência considerável de recursos de ajuda externa e capitais privados (inclusivamente injeções de capital de vários bancos estrangeiros em apoio à expansão dos seus negócios), deverá manter a cobertura das importações pelas reservas em 4,5 meses este ano.

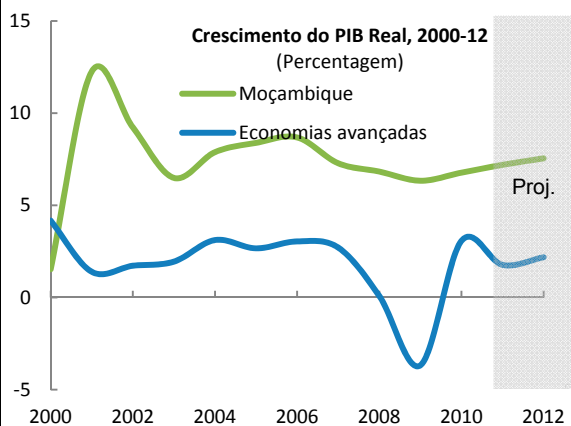
Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2009-16

	2009	2010	2011		2012	2013	2014	2015	2016
	Efect.	Est.	EBS/11/80	Proj.			Proj.		
	<i>(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)</i>								
Crescimento do PIB real (var. %)	6.3	6.8	7.2	7.2	7.5	7.9	7.8	7.8	7.8
IPC (média anual)	3.3	12.7	9.5	10.8	7.2	5.6	5.6	5.6	5.6
IPC (fim de período)	4.2	16.6	8.4	8.4	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6
Crédito à economia (variação %)	58.6	27.5	19.5	17.4	21.8	20.7	21.1	21.3	22.0
Crédito à economia	26.8	29.1	28.6	28.7	30.3	32.0	33.9	36.0	38.4
Conta corrente externa, após donativos	-12.2	-11.7	-11.4	-11.2	-11.1	-10.9	-10.9	-10.8	-10.5
Saldo orçamental primário interno	-4.3	-3.6	-6.4	-3.1	-2.1	-2.4	-2.2	-2.1	-2.1
Saldo orçamental global, após donativos	-5.5	-3.7	-3.1	-3.5	-5.9	-6.1	-5.8	-5.5	-5.4
Financiamento externo do orçamento	5.1	4.2	5.8	2.8	5.3	5.3	5.0	4.7	4.6
Crédito interno líquido ao governo	0.2	-0.6	0.5	0.8	0.5	0.8	0.8	0.8	0.8
Base monetária (variação %)	27.3	29.2	14.3	13.2	18.3	18.8	19.5	20.4	21.8
Reservas (meses de import. projectadas)	5.2	4.4	4.5	4.5	4.6	4.7	4.8	4.9	5.0

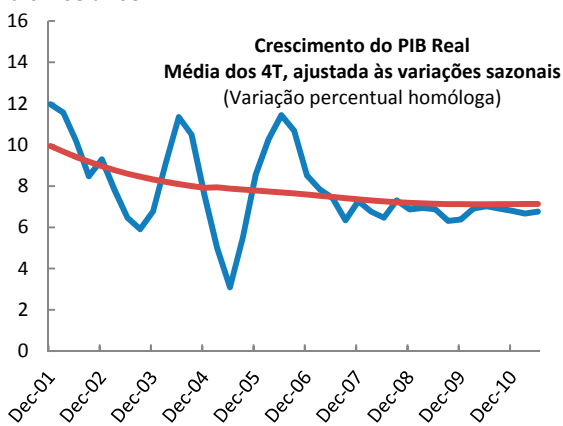
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 1. Moçambique: Evolução Macroeconómica

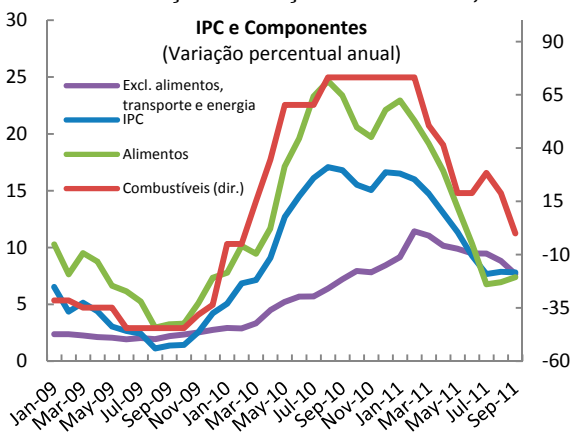
A crise mundial teve efeito limitado em Moçambique,



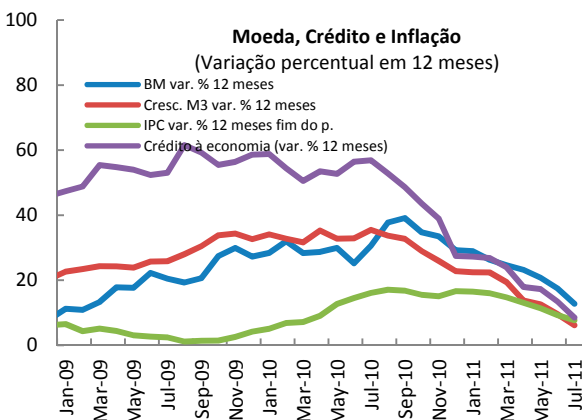
... apesar da tendência de crescimento ter declinado nos últimos anos.



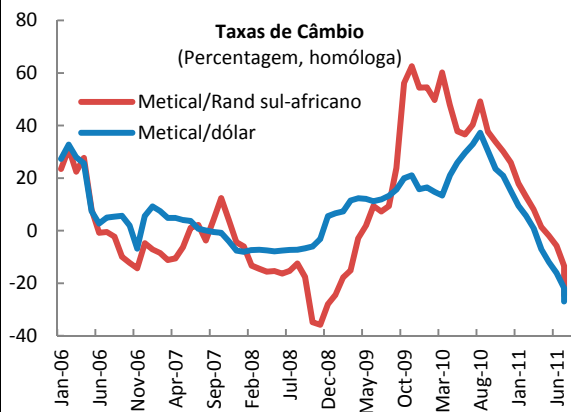
A inflação caiu consideravelmente em 2011, o que reflecte a moderação da inflação dos alimentos,...



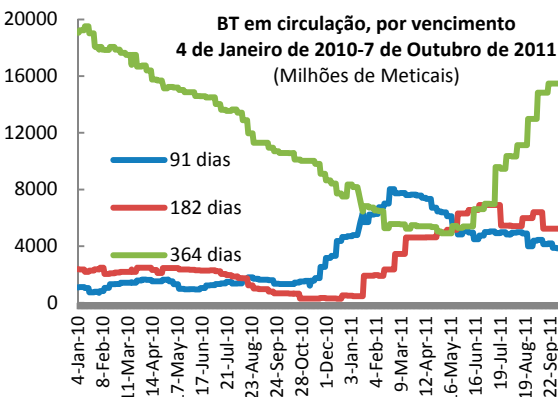
... a determinação do aperto monetário...



... e a contínua apreciação do Metical.



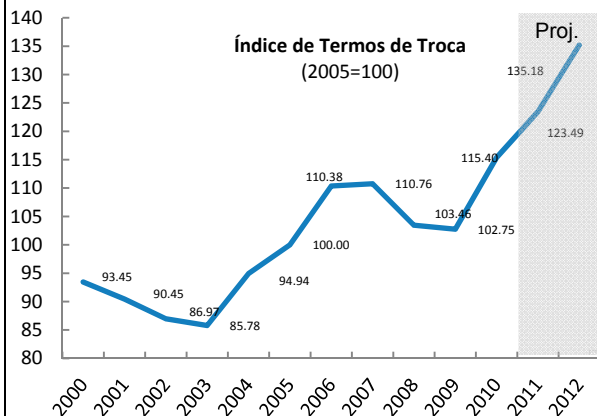
O mercado começou a preferir BTs com prazos maiores, o que indica a moderação das expectativas de inflação.



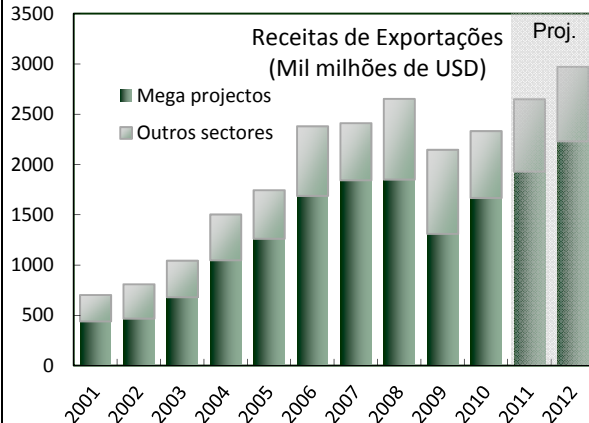
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Moçambique: Resistência a Crises Mundiais

Após a queda da procura mundial durante a crise de 2008/09, espera-se que a recuperação dos preços dos produtos de base, inclusivamente do alumínio,...



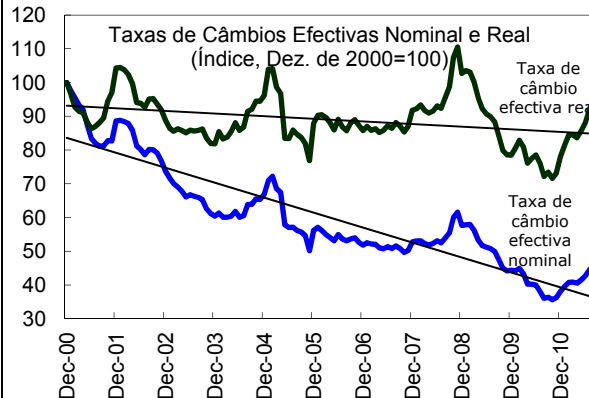
...e a entrada em funcionamento de novos megaprojectos promovam a recuperação das receitas de exportação ao nível pré-crise até 2011.



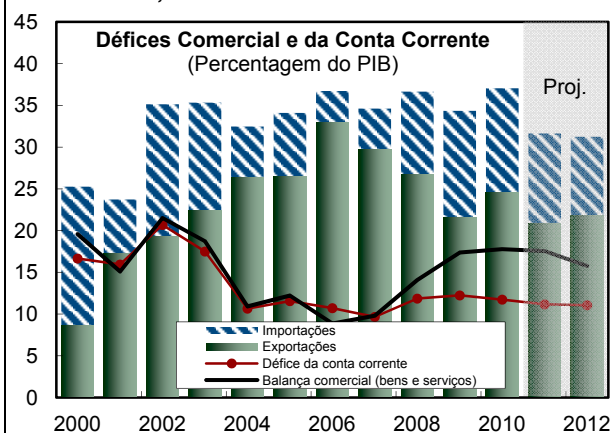
Os sectores exportadores tradicionais estão a recuperar-se após a retracção dos últimos anos devido, sobretudo, ao fraco ambiente de negócios e problemas de comercialização,



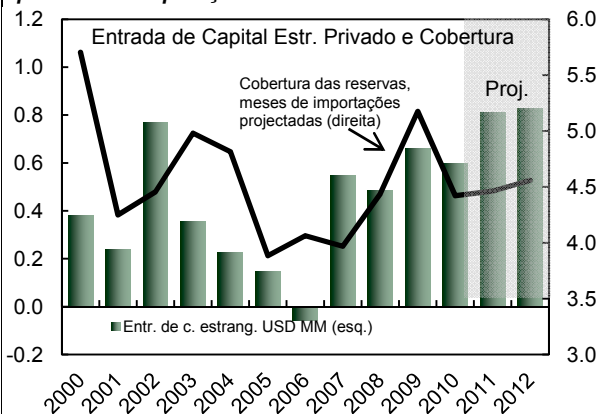
.....enquanto a taxa de câmbio efectiva retornou aos seus níveis de longo prazo.



A conta corrente continua a resistir, apesar do ambiente externa difícil,...



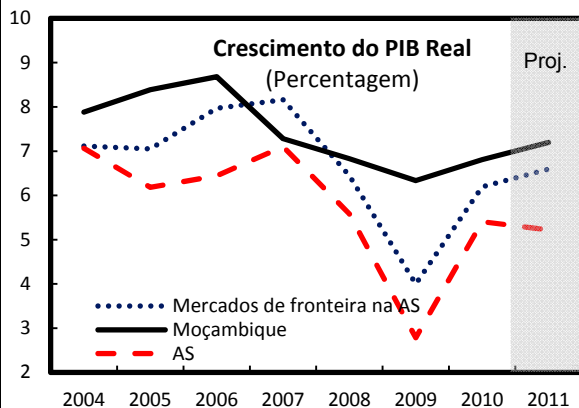
... o que, junto com o forte influxo de capitais, contribui para uma recuperação constante das reservas.



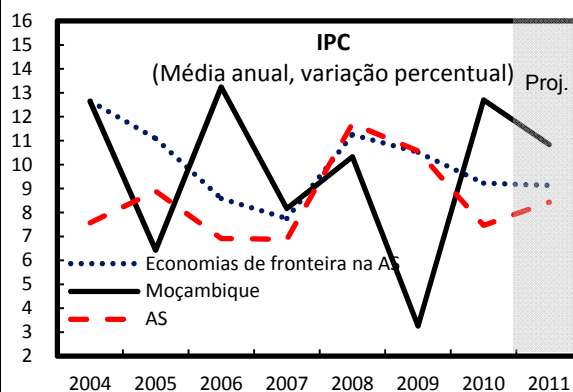
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Moçambique: Comparação Regional

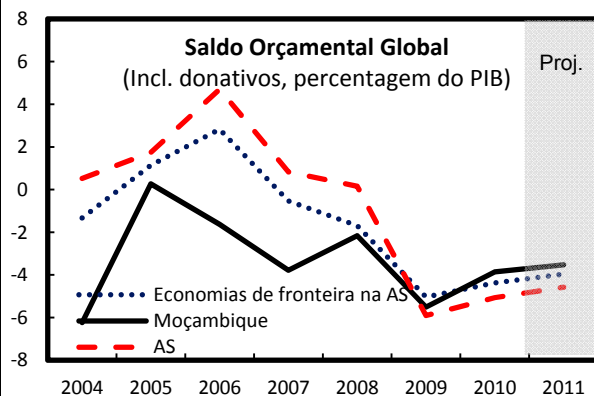
O crescimento real de Moçambique resistiu bem em relação a outros mercados de fronteira da AS e à região da AS.



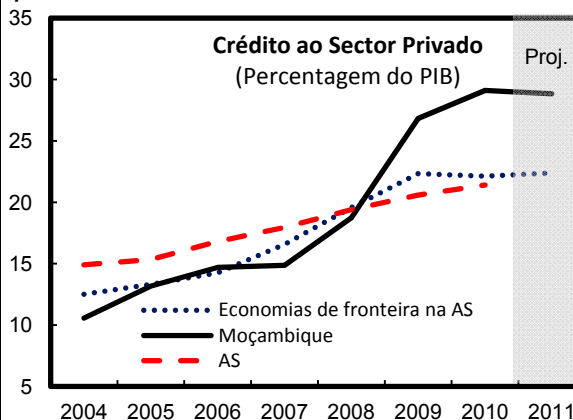
A inflação ficou acima dos níveis regionais em 2009/10, mas voltou a recuar em 2011.



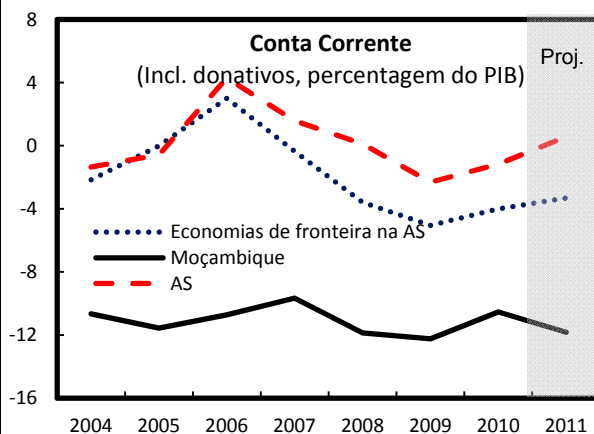
Nos últimos anos, a situação orçamental de Moçambique tem sido similar à dos seus pares.



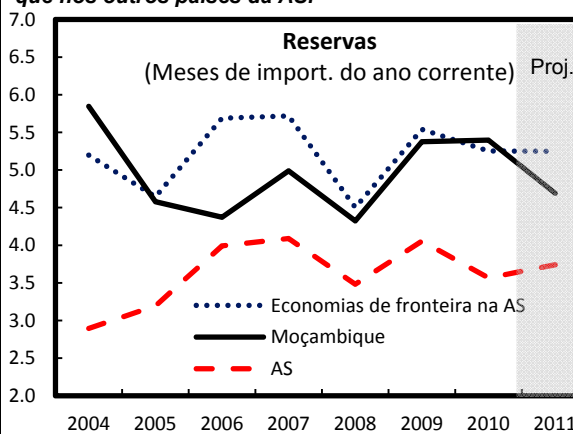
A expansão do crédito está a abrandar devido ao recente aperto monetário, mas continua acima da dos seus pares.



O défice de conta corrente de Moçambique foi menos afectado pela crise mundial do que o dos seus pares.



As reservas continuam semelhantes às de outras economias de fronteira, num nível mais confortável do que nos outros países da AS.



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Economias de fronteira: Angola, Gana, Maurícias, Moçambique, Nigéria, Quénia, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

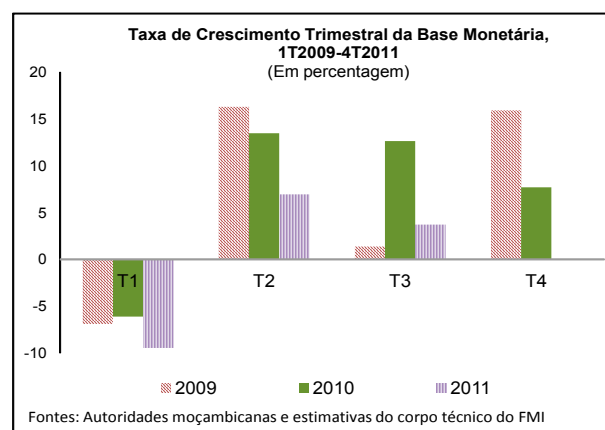
II. DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PSI E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS

O historial de Moçambique no âmbito do PSI continua vigoroso. O objectivo do conjunto de políticas das autoridades é apoiar a estabilidade macroeconómica e suprir as necessidades de investimento para a promoção do crescimento, o desenvolvimento social e, possivelmente, a mitigação de choques. Para facilitar esta tarefa, as autoridades procuraram criar espaço fiscal, com o aumento da base tributária e expansão prudente dos empréstimos não concessionais e empréstimos internos, sem deixar de priorizar a despesa, a melhoria da gestão dos recursos naturais e a aplicação de melhores mecanismos de apoio social.

A. DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PSI

5. Todas as metas quantitativas para fins de Junho de 2011 foram cumpridas, à excepção do CA sobre a base monetária, excedida por uma pequena margem. Apesar do

crescimento da base monetária ter sido negativo no primeiro semestre de 2011 e, até Maio, apontar para o cumprimento do CA de fins de Junho, algumas flutuações nas reservas bancárias em Junho² e a forte procura sazonal por moeda elevaram a base monetária acima do limite máximo programado. No entanto, no geral o crescimento da base monetária no fim do mês, de 17,5 por cento, ficou dentro da meta de fim do mês subjacente ao quadro macroeconómico. A desaceleração do crescimento da base monetária continuou no terceiro trimestre e a meta indicativa para fins de Setembro foi cumprida com folga. A forte arrecadação de receitas e a política fiscal prudente permitiram ao governo cumprir com as metas do programa para as receitas e o crédito líquido ao governo por ampla margem. Os atrasos na ajuda externa a projectos resultaram no não cumprimento dos níveis mínimos indicativos para a despesa nas áreas prioritárias, mas as autoridades estão confiantes de que a meta anual inalterada será cumprida.



6. As autoridades cumpriram com as metas de condicionalidade estrutural. O indicador de referência estrutural para fins de Julho sobre o lançamento da base de dados salarial e da função pública foi cumprido. O indicador de referência sobre o encaminhamento da legislação contra a corrupção à Assembleia da República foi cumprido em fins de Outubro e não em fins de Julho; este quadro legal de elevada qualidade – baseado na avaliação de um consultor externo apresentada aos parceiros de desenvolvimento – foi aprovado pelo Conselho de Ministros dentro do prazo previsto, mas a reformulação de algumas medidas e a respectiva orçamentação foi mais demorada do que o previsto.

² Resulta, especificamente: i) das compras de divisas que o BM realizou de forma a conter o excesso de posições cambiais líquidas abertas dos bancos e ii) da elevada procura da facilidade de cedência do banco central pelos bancos para permitir o cumprimento das reservas obrigatórias.

B. DESAFIO DE CURTO PRAZO: CONTROLO DA INFLAÇÃO

Política Monetária

7. **As autoridades continuam determinadas em reduzir ainda mais a inflação.** O seu objectivo é conter a inflação de fim de período em 8,5 por cento em 2011 e abaixo de 6 por cento em 2012, excepto se não ocorrerem quaisquer pressões cambiais ou agravamentos imprevistos dos preços.

8. **O BM está empenhado em manter a expansão monetária sob vigilância.** Em 2011, pretende conter o crescimento da base monetária em 13 por cento, um pouco mais apertado do que o previsto na segunda avaliação. Para o futuro, a par do progresso das autoridades no combate à inflação, o crescimento da base monetária irá acelerar e expandir ligeiramente acima do crescimento do PIB nominal para permitir o crescimento do crédito ao sector privado e apoiar o aprofundamento financeiro (Figura 4). O reforço da coordenação com o governo permitirá ao BM melhorar a sua previsão de liquidez e orientar as condições monetárias de forma mais eficaz.

MPEF ¶9-10

9. **O BM está a criar condições para a adopção de um regime de metas de inflação.**

Com o apoio da assistência técnica (AT) do FMI, conseguiu avançar na recolha e análise de dados, no desenvolvimento de técnicas de previsão e na preparação de uma comunicação mais transparente e eficiente destinada a ancorar expectativas de preços. Neste contexto, o BM publicará o seu primeiro relatório trimestral de política monetária em Maio de 2012 (indicador de referência estrutural). O documento deverá abranger um vasto leque de assuntos, tais como o cenário internacional, actividade económica e perspectivas internas, para além de uma análise da evolução das políticas. Para além disso, as autoridades pretendem melhorar a eficácia das operações do mercado monetário, desenvolver mercados financeiros e melhorar a liquidez dos títulos públicos. Um importante primeiro passo neste sentido, baseado nas recomendações da AT, será a uniformização do tratamento fiscal de vários títulos públicos e entre operações do mercado interbancário com e sem garantia até ao fim de Setembro de 2012 (indicador de referência estrutural).

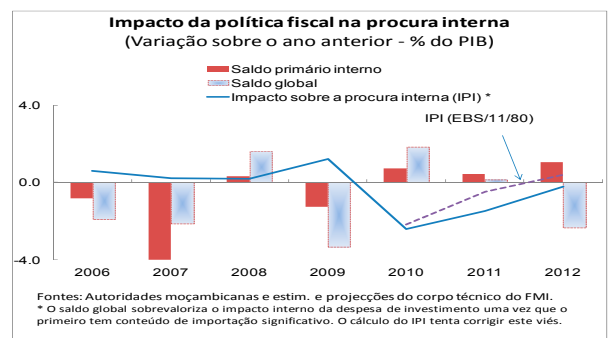
MPEF ¶10-11

Política fiscal

10. **Em 2011, o défice orçamental deverá ficar abaixo do**

programado. Considerando as elevadas receitas, o défice primário interno ficará próximo de 3 por cento do PIB, enquanto a redução da despesa em projectos não financiados por empréstimos não concessionais resultará num défice orçamental visivelmente menor do que o inicialmente previsto. O CLG será ligeiramente mais alto do que o planeado (mas, ainda assim, bastante controlado) devido à deslocação, para

MPEF ¶14-15



diferentes modalidades de ajuda externa, do apoio geral ao orçamento relativo a 2011 e 2012 acordada com dois doadores.

11. Em 2012, uma posição orçamental mais flexível irá acomodar o investimento público das autoridades e os planos de desenvolvimento social. O défice orçamental global subirá de 3,5 para 5,75 por cento do PIB, devido, sobretudo, ao aumento do investimento em infra-estruturas com financiamento externo e aos recursos adicionais alocados à protecção social previstos no orçamento de 2012, em relação a 2011 (ver a seguir). Contudo, em termos reais, as despesas de funcionamento deverão ser limitadas. A execução orçamental continuará sujeita ao contingenciamento das receitas no âmbito da lei orgânica orçamental, que limita a execução orçamental enquanto a arrecadação de receitas permanecer incerta. Como se espera que o desempenho das receitas continue vigoroso, isto provocará uma queda do défice primário interno de cerca de 1 ponto percentual, para 2 por cento do PIB, atenuando o impacto sobre a inflação (Figura 5).

C. DESAFIO DE MÉDIO PRAZO: CRIAR ESPAÇO FISCAL PARA UM CRESCIMENTO MAIS INCLUSIVO

Conjunto de Políticas

12. A médio prazo, as autoridades estão decididas a acelerar o investimento público e a aumentar a despesa em mecanismos de apoio social. Enquanto a orientação da política monetária será alcançar uma inflação baixa, a política fiscal terá como objectivo aumentar o investimento público para colmatar o défice infra-estrutural (que impede o crescimento a longo prazo) e apoiar a expansão das redes de protecção social para combater a pobreza crónica.³ As autoridades reafirmaram o seu cometimento na ampliação do investimento público dentro de uma via coerente com a salvaguarda da estabilidade macroeconómica e da sustentabilidade da dívida a médio prazo.

MPEF ¶17-18

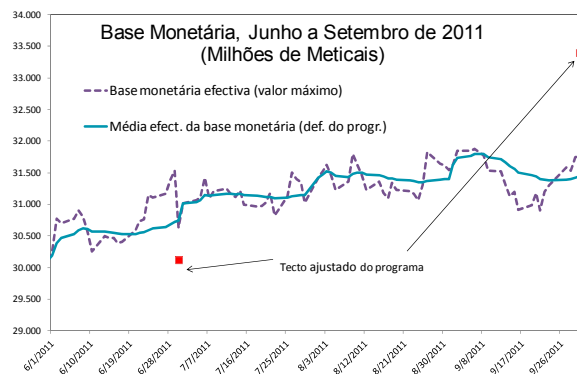
Restrição

13. Moçambique deverá enfrentar a estagnação dos fluxos líquidos da ajuda externa. O apoio dos doadores tem sido crucial no fornecimento de recursos que atendem às necessidades de desenvolvimento do país de forma sustentável. Os fluxos líquidos da ajuda externa já caíram consideravelmente desde o pico da crise global, de 14,5 por cento do PIB em 2009 para 12,5 por cento do PIB em 2010, e prevê-se que estabilizem abaixo de 10 por cento do PIB a partir de 2011, como reflexo da reorientação nalguns doadores e o rápido crescimento do PIB de Moçambique. Para além disso, o apoio geral dos doadores ao orçamento está cada vez mais condicionado ao desempenho, sobretudo na área da governação, e tende a deslocar-se para o apoio sectorial ou a projectos, o que pode complicar a previsibilidade da execução do orçamento. Estas tendências podem forçar as autoridades a rever a sua estratégia de desenvolvimento e financiamento da redução da pobreza.

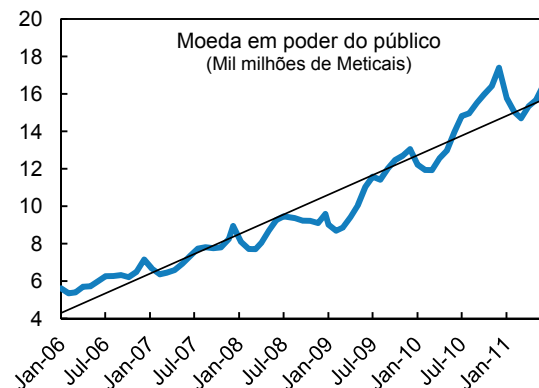
³ Para uma análise da falta de crescimento inclusivo em Moçambique, ver Relatório do FMI n° 11/149, especialmente o Anexo III.

Figura 4. Moçambique: Evolução dos Sectores Financeiro e Monetário

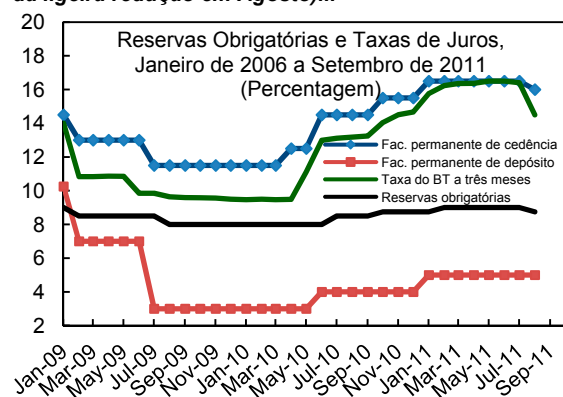
A base monetária ficou ligeiramente acima da meta do programa para fins de Julho, mas muito abaixo da meta indicativa de fim de Setembro.



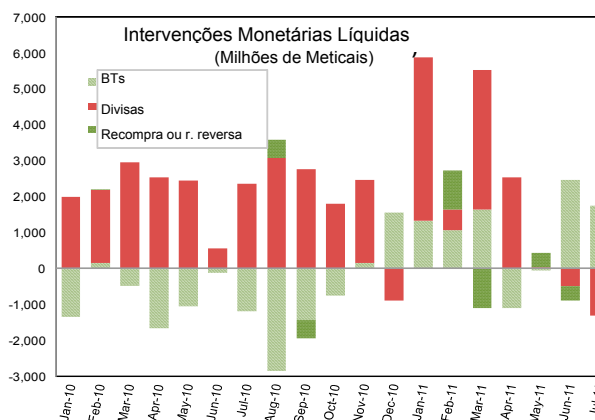
Ao contrário da situação no fim de 2010, a moeda em circulação foi mais estável, o que sugere alguma melhoria na coordenação orçamental-monetária e na previsão de liquidez.



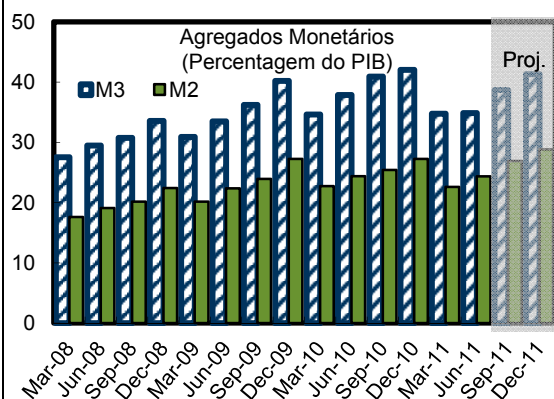
O BM apertou as condições monetárias em 2010-11 ao elevar as taxas oficiais e as reservas obrigatórias (antes da ligeira redução em Agosto)...



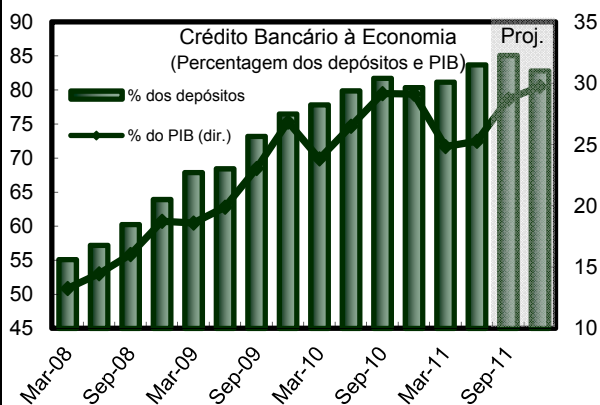
...e utilizou as operações de mercado livre para esterilizar a liquidez.



Em 2011, reverteu-se, assim, a expansão dos agregados monetários realizada na sequência da crise mundial...



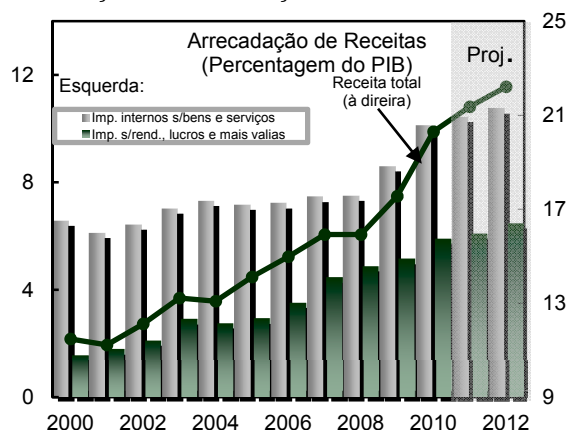
...enquanto o crédito ao sector privado como parcela do PIB diminuiu acentuadamente.



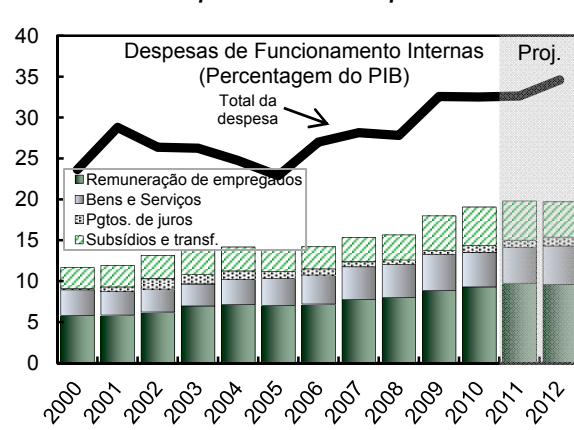
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 5. Moçambique: Evolução Orçamental

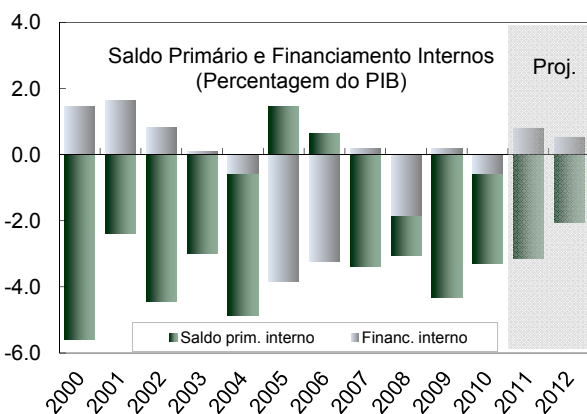
A arrecadação de receitas em 2011 foi elevada, reflexo dos esforços da administração fiscal.



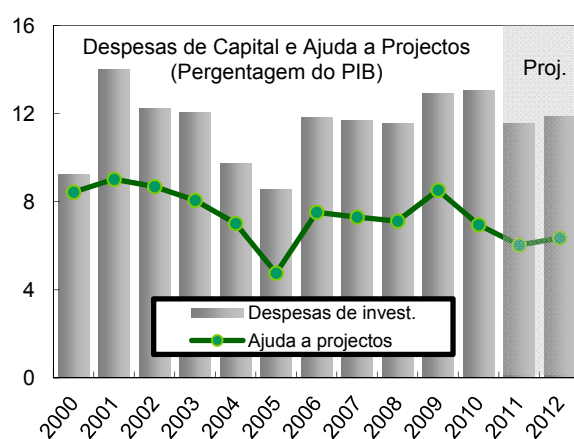
A folha salarial e as transferências – em especial o subsídio aos combustíveis – pressionaram a despesa interna.



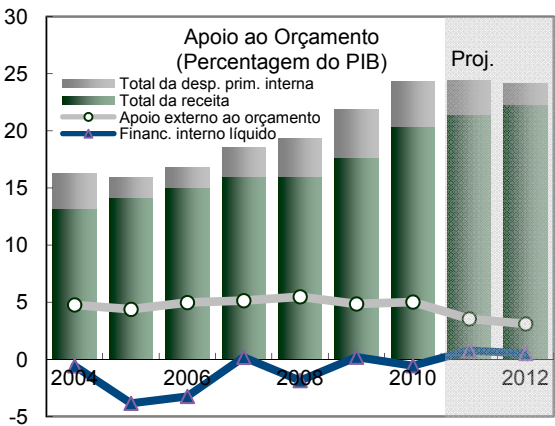
O défice primário interno foi contido em 2010 e deverá diminuir ainda mais.



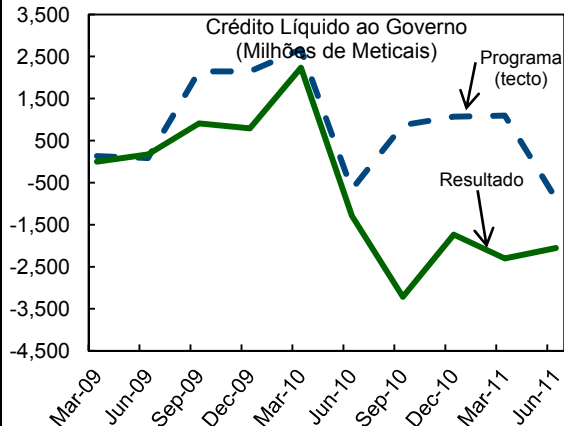
As despesas de investimento dependem fortemente do apoio externo a projectos, que tende a declinar e...



...o apoio externo ao orçamento até agora ajudou a reduzir a necessidade de financiamento interno.



O crédito líquido ao governo cumpriu com folga a meta do programa.



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Esforço de Arrecadação

14. **As receitas do governo devem dar um importante contributo para a criação do espaço fiscal necessário para o crescimento mais inclusivo, mas têm de se tornar mais diversificadas.**

As receitas fiscais aumentaram continuamente nos últimos cinco anos, o que causou um aumento do rácio receita/PIB de 15 por cento para 21,5 por cento em 2011. As autoridades estão empenhadas em manter o seu esforço de administração fiscal, com o fito de tornar o sistema mais favorável aos negócios, através de várias medidas estruturais. Esperam com isto aumentar o desempenho da receita para 23,5 por cento do PIB com o tempo. Entre outras coisas, as autoridades introduzirão, até ao fim de Junho de 2012, um novo número único de identificação do contribuinte que aprimorará a eficiência da administração fiscal (indicador de referência estrutural).

MPEF ¶23

15. **Contudo, o aumento das receitas observado no passado recente não será sustentado caso não se identifiquem fontes adicionais de rendimento, especialmente do cada vez mais dinâmico sector de recursos naturais (Caixa 1).**

Para este propósito, as autoridades pretendem rever o regime fiscal do sector, com base na AT do FMI que deverá ocorrer no início de 2012, no âmbito do novo Fundo Fiduciário Específico para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais. Também estão a rever os actuais contratos com investidores do sector para avaliar o alcance de uma renegociação amigável que ajuste as contribuições fiscais do sector ao novo regime fiscal. Durante este processo, o objectivo de aumentar as receitas será cuidadosamente contrabalançado com a necessidade de preservar a imagem de Moçambique como um destino de IDE. O corpo técnico também defende a criação de instituições fiscais especiais, tais como um fundo de estabilização, que possam melhorar a capacidade das autoridades em utilizar receitas adicionais avultadas e ajustar a despesa de curto prazo aos fluxos inter-temporais de receitas, sem deixar de apoiar os planos de investimento. Isto é essencial para assegurar a competitividade externa e a diversificação da economia. Por último, as autoridades intensificarão os seus esforços para se tornarem membros de pleno direito da EITI num futuro próximo, sem descumprir o prazo de Fevereiro de 2013 fixado por esta organização.

MPEF ¶24-25

Estratégia de Endividamento

16. **O recurso das autoridades aos empréstimos não concessionais deverá aumentar, mas mantendo-se coerente com a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida.**

O limite máximo cumulativo de empréstimos não concessionais de USD 900 milhões previsto no programa trienal foi, até à data, utilizado prudentemente em dois empréstimos totalizando USD 146 milhões para dois projectos aeroportuários. O financiamento de outros grandes projectos de infra-estruturas, inclusivamente o porto da Beira e projectos hidroeléctricos, está a ser considerado e, dada a dimensão dos projectos, pode elevar rapidamente a dívida contratual não concessional de Moçambique para perto do limite máximo do programa. Todavia, as autoridades estão cometidas em controlar o ritmo de execução dos projectos (inclusivamente ao abrigo da linha de crédito portuguesa) para que seja coerente com a situação macroeconómica do país.

Moçambique: Programa de Investimento Público Total, 2009-16

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	<i>(Porcentagem do PIB)</i>							
Total	12,9	15,3	14,0	15,2	15,5	15,1	14,9	14,3
No orçamento	12,9	14,0	12,0	13,8	14,5	14,3	14,2	14,3
Com financiamento interno	4,4	6,4	5,5	5,6	6,0	6,0	6,2	6,4
Financiado por doadores, concessiona	8,5	7,6	6,0	6,3	6,4	6,4	6,4	6,4
Não concessional	0,0	0,0	0,4	1,8	2,1	1,9	1,7	1,5
Linha de crédito de Portugal 1/	0,0	1,4	2,0	1,4	1,0	0,8	0,7	0,0
Concessional	0,0	1,4	1,3	0,7	0,4	0,3	0,2	0,0
Não concessional	0,0	0,0	0,7	0,6	0,6	0,5	0,4	0,0
<i>Por memória:</i>								
Total, concessional e interno	12,9	15,3	12,9	12,7	12,8	12,7	12,8	12,7
Total, não concessional	0,0	0,0	1,1	2,5	2,7	2,4	2,1	1,5

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

1/ A linha de crédito portuguesa que será implementada pelo Fundo Rodoviário.

17. Aprimorar a gestão da dívida e a planificação de investimentos é fundamental para o bom uso dos empréstimos não concessionais e a maior eficiência da despesa. As autoridades reiteraram o seu compromisso de intensificar a modernização da sua gestão da dívida e dos procedimentos de selecção de projectos. Beneficiando-se da AT do FMI e da formação do Banco Mundial, as autoridades concluirão a sua estratégia de dívida de médio prazo e a segunda análise da sustentabilidade da dívida para que possam ser levados ao Conselho de Ministros para aprovação no primeiro trimestre de 2012. Pretendem igualmente desenvolver um plano de empréstimos internos e reforçar os processos de selecção de projectos. O corpo técnico concorda com o pedido das autoridades de adiar a aplicação do indicador de referência estrutural sobre o Plano de Investimento Integrado de fins de 2011 para fins de Março de 2012 para que os quadros séniores ministeriais possam beneficiar da formação do Banco Mundial sobre selecção de projectos.

MPEF ¶21-22

Caixa 1. Gestão de Recursos Naturais e Crescimento

Grande parte das reservas de recursos naturais de Moçambique continua inexplorada. A sua diversidade geológica inclui uma ampla variedade de minerais e metais, tais como carvão, gás natural, areias pesadas e, potencialmente, petróleo. Com o início das operações dos projectos de carvão em Tete (centro de Moçambique) e a futura expansão da produção de gás natural, o sector de recursos naturais deverá registar uma grande expansão no curto prazo.

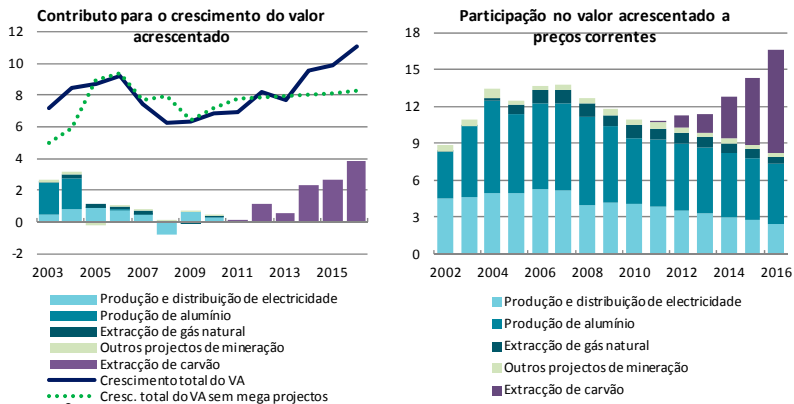
A experiência anterior mostra que os recursos naturais deverão contribuir muito para o crescimento económico e o avanço das exportações. Estimativas preliminares indicam que o contributo directo dos megaprojectos pode chegar a 18 por cento do valor acrescentado total até 2016 e impulsionar o crescimento económico entre 2 e 4 pontos percentuais por ano.¹ No mesmo diapasão, é provável que cresça a sua participação no total das exportações, que já é de 70 por cento. Em contrapartida, dificilmente promoverão o emprego, devido ao seu carácter capital-intensivo.

Com um maior contributo para as receitas públicas, o sector pode permitir um aumento decisivo da despesa a favor do crescimento a longo prazo.

O contributo dos megaprojectos para as receitas públicas tem sido

desproporcionalmente baixo,

entre 3 e 4 por cento no período 2006-10.² Um regime fiscal mais eficiente, aliado à melhoria na previsão e diversificação das receitas, pode criar espaço considerável para a despesa a favor do crescimento, inclusivamente para a protecção social, a longo prazo.



¹ O Apêndice II apresenta uma estimativa do impacto directo dos megaprojectos no crescimento do total do valor acrescentado da economia.

² Ver o Relatório do FMI n.º 10/149.

Priorização da Despesa

18. **A alocação das despesas de funcionamento terá prioridades mais bem definidas.** Em especial, as autoridades pretendem eliminar o mal direccionado e dispendioso subsídio aos combustíveis e substituí-lo por subsídios mais eficientes e sistemas de protecção social. Com o aumento cumulativo de 18 por cento nos preços do gasóleo e da gasolina em Abril e Julho, apenas o gasóleo continua subsidiado, mas este subsídio deve acabar no início de 2012. No início de Setembro de 2011, conforme previsto no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) quadrienal, o Conselho de Ministros decidiu instituir uma iniciativa básica de protecção social em 2012, renovando o sistema de transferências monetárias e introduzindo um programa de obras públicas de mão-de-obra intensiva em áreas urbanas e rurais, desenvolvido com base num programa piloto com o apoio da UNICEF, da OIT, do Banco Mundial, do FMI e de parceiros bilaterais. Simultaneamente, pretendem reforçar a gestão da folha salarial, cujo aumento acentuado no fim da década passada despoletou uma revisão estratégica da política salarial da função pública. Para

além disso, com base no bem-sucedido piloto da base dados salarial e da função pública em províncias seleccionadas, esta base dados será estendida a todas as direcções provinciais até ao fim de Junho de 2012 (indicador de referência estrutural).

III. RISCOS PARA O PROGRAMA

Os riscos para o programa aumentaram, mas parecem ser controláveis devido aos sólidos indicadores macroeconómicos, à boa implementação de políticas e ao esperado apoio contínuo dos parceiros.

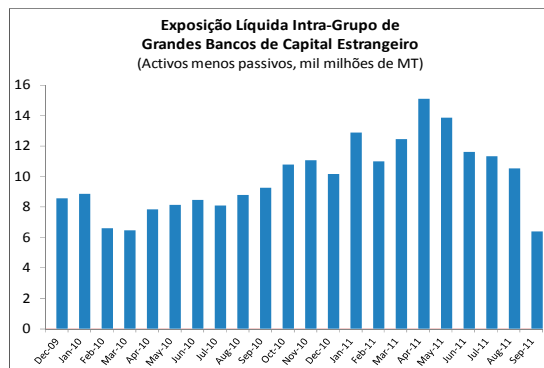
19. **Os riscos para a implementação do programa decorrem sobretudo da potencial contracção económica mundial.** Moçambique poderia ser afectado através dos mesmos canais de transmissão da crise de 2008/09 – queda nas trocas comerciais e menor acesso ao mercado financeiro internacional. Outros factores de risco na actualidade também poderiam emergir da redução dos fluxos de ajuda e da exposição indirecta da banca à crise da dívida soberana e bancária na zona euro. Apesar de não haver nenhum sinal de preocupação imediata nestas áreas, deve-se considerar, em carácter preventivo, opções de políticas para evitar estes riscos (Caixa 2).

20. **Moçambique está bem posicionado para mitigar o impacto de uma desaceleração mundial temporária.** A solidez geral dos indicadores macroeconómicos e o prudente conjunto de políticas dos últimos anos – incluindo o atempado aperto da política monetária para combater a inflação – devem facilitar a resposta das autoridades, caso as condições externas se deterioreem. Num ambiente como este, caso as fontes externas de recursos para o sector privado se retraiam, tal como aconteceu durante a crise mundial de 2008/09, o progresso na contenção da inflação pode justificar uma política monetária mais flexível. A política fiscal deve continuar a ser orientada por considerações de médio prazo, inclusivamente a manutenção, na medida do possível, da despesa prioritária programada; a política monetária mais flexível poderia compensar, pelo menos parcialmente, quebras no apoio dos doadores através de mais financiamento interno, caso isso seja possível sem limitar o acesso a crédito por parte do sector privado. Simultaneamente, as autoridades podem permitir a operação temporária de estabilizadores automáticos no lado da receita.

Caixa 2. O Impacto da Crise Europeia

A crise da zona euro não teve nenhum impacto negativo digno de menção na economia moçambicana até à presente data e os seus efeitos parecem estar circunscritos às relações com Portugal.

- **A ajuda externa prometida para 2012 foi, em grande medida, confirmada.** Apesar da maioria dos países europeus estar a enfrentar grandes restrições orçamentais, é mais provável que qualquer alteração futura no volume ou nas modalidades da ajuda sejam resultado de reorientações de políticas entre os doadores ou das suas preocupações sobre governação e a implementação do PARP do que consequência directa da crise da dívida soberana e bancária.¹ De qualquer modo, em caso de forte recessão a ajuda contínua será crucial como apoio ao desenvolvimento económico.
- **Os investimentos públicos de Portugal desaceleraram.** O primeiro desembolso da linha de crédito portuguesa não concessional para a construção de infra-estruturas rodoviárias foi adiado para Outubro de 2011. O ritmo dos desembolsos da janela concessional da linha de crédito foi mais lento do que o inicialmente previsto. Para além disso, o Banco Nacional de Investimento constituído pelos governos moçambicano e português começou a operar em Junho de 2011, mas apenas com uma pequena fracção do capital inicialmente previsto.
- **Em geral, o sector bancário manteve-se resistente à crise.**² A maioria dos bancos moçambicanos de capital estrangeiro beneficiou de um considerável aumento de capital no início deste ano, o que, aliado à redução da actividade creditícia, aumentou drasticamente o rácio de adequação de capital de todo o sistema para 18,7 por cento em fins de Junho de 2011. As subsidiárias moçambicanas continuam a ser uma fonte de receitas operacionais para as suas instituições-mãe portuguesas. A valorização do Metical em relação ao Rand aumentou a rentabilidade das subsidiárias sul-africanas dentro dos seus grupos.
- **Contudo, o aperto das condições de liquidez devido à política de desinflação do BM e as pressões de financiamento das instituições-mãe levaram à redução dos riscos assumidos e limitaram o crescimento do crédito.** Os dois maiores bancos moçambicanos (que detêm 60 por cento dos activos do sistema bancário) pertencem às três principais instituições financeiras portuguesas que sofreram pressões de financiamento devido à sua exposição aos riscos soberanos europeus. A análise dos fluxos totais intra-grupo transfronteiriço sugere que grandes bancos moçambicanos que tradicionalmente mantêm depósitos avultados nas suas instituições-mãe reduziram a sua exposição intra-grupo nos últimos meses anos e, de consequência, a sua vulnerabilidade.



¹ Relativamente às preocupações com a governação, ver Caixa 1 no Relatório do FMI nº 10/174.

² Os resultados dos testes de esforço do sistema bancário encontram-se no Anexo IV do Relatório do FMI nº 11/149.

21. **A conclusão de um plano de contingência abrangente para o sector financeiro no âmbito do programa pode ajudar as autoridades a fazerem face a um cenário mais desfavorável.** As autoridades já implementaram os módulos para a aplicação de medidas correctivas em caso de uma crise bancária e o reforço da coordenação com os supervisores estrangeiros. Para além disso, estão a ponderar a

imposição de limites mais rigorosos à concentração de depósitos intra-grupo, de forma a limitar os riscos de contágio transfronteiriços.

22. **É preciso monitorar atentamente as repercussões da evolução da economia sul-africana.** Isto aplica-se principalmente a possíveis variações bruscas na taxa de câmbio. Como as importações da África do Sul representam um terço do total, a taxa de câmbio bilateral é um factor determinante para a evolução dos preços em Moçambique, sobretudo no caso dos alimentos. Também pesa sobre as importações de bens intermédios sul-africanos para projectos de infra-estrutura. Do lado das exportações, a taxa de câmbio afecta as receitas da exportação de electricidade para a África do Sul (cerca de 12 por cento do total das exportações), uma vez que os contratos são expressos em Rand. Outros riscos decorrem da alta volatilidade dos fluxos de capital para as economias emergentes e o possível efeito de uma economia sul-africana mais fraca nas entradas de IDE.

IV. MONITORIA DO PROGRAMA

23. **Foram propostas alterações de vários CAs para fim de Dezembro de 2011 e dos factores de correcção da base monetária.** Os CAs sobre o crédito líquido ao governo, base monetária e reservas internacionais líquidas foram ajustados de acordo com o desempenho até à presente data e com os objectivos das políticas de curto prazo das autoridades. No futuro, devido à melhoria da capacidade de previsão do BM, propõe-se a redução do factor de ajuste das metas da base monetária, que é aplicado sempre que o saldo real de moeda em circulação ultrapassa o nível previsto no programa. O factor de ajuste será limitado a MT 500 milhões para fins de Março, Junho, Setembro e Dezembro de 2012 e, de seguida, abandonado.

24. **Propomos o abandono do indicador de referência estrutural contínuo que limita o uso de empréstimos não concessionais para despesas em infra-estruturas de energia e transporte.** O progresso das autoridades no reforço da capacidade de gestão da dívida e a utilização prudente desses empréstimos tornam este indicador de referência desnecessário. As autoridades saudaram este reconhecimento do seu historial de decisões prudentes no que respeita a empréstimos e reformas, apesar de reafirmarem a sua estratégia de continuar a concentrar os empréstimos não concessionais em investimentos em energia e infra-estruturas.

25. **As metas de condicionalidade estrutural serão aplicadas às áreas de especialização do Fundo.** O corpo técnico e as autoridades concordam com as metas de condicionalidade estrutural nas áreas de administração e política fiscal, quadro de política monetária e gestão de finanças públicas.

Metas de Condicionalidade Estrutural, 2012

Indicadores de referência estruturais	Data esperada de implementação	Relevância macroeconómica
O Ministro da Planificação e Desenvolvimento aprovará um Programa Integrado de Investimento, em consulta com o Comité de Coordenação de Projectos, conforme descrito no parágrafo 25 do MPEF datado de 20 de Maio de 2011.	Fim de Março de 2012 ¹	Melhoria do investimento público, de modo a apoiar o crescimento e a sustentabilidade da dívida.
O Banco de Moçambique publicará o seu primeiro relatório trimestral de política monetária, conforme descrito no parágrafo 11.	Fim de Maio de 2012	Melhoria da transparência e da prestação de contas da política monetária, para melhor ancorar as expectativas de preços e facilitar a transição para as metas de inflação
O Governo concluirá a operacionalização do sistema e-Folha a todas as direcções provinciais, conforme descrito no parágrafo 19.	Fim de Junho de 2012	Melhoria da planificação e execução do orçamento, e melhoria do manejo da folha de pagamentos pelas autoridades.
O Ministério das Finanças colocará em pleno funcionamento a nova base de dados e número único do contribuinte, conforme descrito no parágrafo 23.	Fim de Junho de 2012	Ajuda para criar espaço fiscal e apoiar os objectivos das autoridades em matéria de receitas.
O Governo encaminhará à Assembleia da República uma emenda à Lei do IRPC que retrate as medidas derivadas de um estudo de impacto sobre o alinhamento do tratamento fiscal entre os BTs e as OTs e entre as operações com ou sem garantia no MMI, com vigência a partir de 2013, conforme descrito no parágrafo 10.	Fim de Setembro de 2012	Melhoria da eficácia das operações no mercado monetário, desenvolvimento de mercados financeiros internos e melhoria da liquidez dos títulos públicos.

¹ Propôs-se o adiamento da data original de fim de Dezembro de 2011 para permitir que os quadros do Ministério da Planificação e Desenvolvimento e dos ministérios sectoriais beneficiassem da formação em criação de capacitação na selecção de projectos oferecida pelo Banco Mundial.

V. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

26. **O desempenho económico de Moçambique continua robusto.** O aperto da política monetária em 2011 foi eficaz na contenção da inflação e não teve repercussões negativas sobre a actividade económica de natureza dinâmica e de bases alargadas. A execução prudente do orçamento de 2011 contribuiu para um conjunto prudente de políticas económicas que promoveram a consolidação da estabilidade macroeconómica durante uma fase crítica e deixaram o país bem posicionado para responder a riscos de deterioração, caso necessário.

27. **A determinação das autoridades em reduzir ainda mais a inflação é apropriada.** O corpo técnico apoia o objectivo de conter a inflação de fim de período em 8,5 por cento em 2011 e abaixo de 6 por cento em 2012, o que parece ser viável se a conjuntura económica continuar favorável. O corpo técnico recomenda que as autoridades ajustem as políticas macroeconómicas, caso necessário, de forma a preservar os níveis de inflação almejados. A intenção do BM de manter um controlo apertado sobre a expansão monetária, mas um pouco acima do crescimento do PIB nominal, deverá contribuir para o aprofundamento financeiro e a expansão adequada do crédito ao sector privado. O reforço da coordenação entre o governo e o BM deverá fazer com que o BM melhore a sua previsão de liquidez e oriente as condições monetárias de forma mais eficaz. O trabalho do BM no que respeita aos pré-requisitos técnicos a transição oportuna para um regime de metas de inflação é digno de menção.

28. **Perspectivando o futuro, é de saudar o foco da política fiscal na promoção de infra-estruturas do país e no desenvolvimento social.** Com a inflação numa trajectória descendente e aproximando-se dos objectivos de médio prazo das autoridades, estas perspectivam,

correctamente, um aumento do investimento público e uma expansão gradual dos regimes de protecção social a partir de 2012 em apoio ao desenvolvimento económico do país e da coesão social. Contudo, embora o défice infra-estrutural do país seja grande, o ritmo da agenda de desenvolvimento deve continuar alinhado à necessidade de preservar a estabilidade macroeconómica de médio prazo e a sustentabilidade da dívida — o que é coerente com o sólido historial das autoridades nesta área, até à presente data.

29. **A prevista criação de espaço fiscal em apoio à agenda de desenvolvimento requer decisões prudentes de política económica no futuro.** Este aspecto é ainda mais importante uma vez que o apoio dos doadores deve estagnar-se com o tempo. A intenção do governo de prosseguir com as suas reformas da administração e política fiscal e de trabalhar em várias frentes no sentido de aumentar o contributo do sector de recursos naturais para o fundo de receitas é positiva. O corpo técnico recomenda que as autoridades avaliem a criação, à partida, de um fundo de estabilização orçamental, como alicerce da manutenção da estabilidade macroeconómica caso se concretize o aumento dos fluxos de receitas. Em relação aos empréstimos não concessionais, as autoridades devem avaliar cuidadosamente as suas opções de financiamento e os projectos subjacentes de modo a assegurar um retorno económico adequado a esta forma mais gravosa de empréstimo. Neste contexto, a modernização da gestão da dívida e o reforço da planificação e selecção de investimentos constituem reformas estruturais fundamentais para melhorar o processo decisório económico. Nas suas decisões de selecção de projectos, incentiva-se as autoridades a focalizarem o papel catalisador do investimento público na atracção do investimento privado e na promoção do comércio interno e do emprego.

30. **No mesmo diapasão, é essencial avançar na melhoria da priorização da despesa de funcionamento para ajudar as autoridades a cumprirem com os seus objectivos de desenvolvimento social.** São, portanto, de louvar as medidas do governo destinadas a eliminar o gravoso subsídio aos combustíveis. As autoridades devem assegurar a alocação suficiente de recursos orçamentais para a pretendida expansão dos recém-adoptados regimes de protecção social. O sucesso destas reformas será um marco crucial e visível na implementação da estratégia de desenvolvimento social no âmbito do PARP.

31. **Com base no desempenho do programa e na forte apropriação pelas autoridades do programa apoiado pelo Fundo, o corpo técnico recomenda a conclusão da terceira avaliação ao abrigo do PSI.** O corpo técnico também recomenda a dispensa pelo não cumprimento por uma pequena margem do CA de fim de Junho de 2011 sobre a base monetária, a alteração dos CA e a reprogramação do indicador de referência estrutural sobre o Plano Integrado de Investimento.

Tabela 1. Moçambique: 1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2009–16

	2009	2010	2011		2012	2013	2014	2015	2016
	Efect.	Est.	EBS/11/80	Proj.			Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Rendimento nacional e preços									
PIB nominal (mil milhões de MT)	266	313	380	372	430	492	562	642	732
Crescimento do PIB nominal	10,8	17,5	17,4	18,9	15,6	14,3	14,2	14,3	14,1
Crescimento do PIB real	6,3	6,8	7,2	7,2	7,5	7,9	7,8	7,8	7,8
PIB per capita (USD)	471	439	550	578	607	663	725	794	871
Índice de preços no consumidor (média anual)	3,3	12,7	9,5	10,8	7,2	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (fim do período)	4,2	16,6	8,4	8,4	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Taxa de câmbio, MT/USD, fim do período	27,5	32,8
Taxa de câmbio, MT/USD, média do período	26,7	33,0
Sector externo									
Exportações de mercadorias	-19,1	8,7	14,8	13,5	12,2	9,9	9,6	8,8	8,5
Exportações de mercadorias, excluindo mega projectos	4,3	-20,5	6,9	8,1	3,1	4,2	4,9	5,6	5,6
Importações de mercadorias	-6,1	2,6	16,1	14,7	5,6	7,6	7,9	7,3	8,2
Importações de mercadorias, excluindo mega projectos	-10,6	-0,7	16,4	6,2	6,6	8,0	7,8	7,9	8,1
Termos de troca	-0,7	12,3	4,9	7,0	9,5	4,1	3,2	-1,8	-0,2
Taxa de câmbio efectiva nominal (fim do período)	-7,1	-22,4
Taxa de câmbio efectiva real (fim do período)	-6,6	-15,1
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Moeda e crédito									
Base monetária	27,3	29,2	14,3	13,2	18,3	18,8	19,5	20,4	21,8
M3 (moeda em sentido lato)	32,6	22,8	20,0	11,7	18,9	18,9	19,0	19,0	19,1
Crédito à economia	58,6	27,5	19,5	17,4	21,8	20,7	21,1	21,3	22,0
(Porcentagem do PIB)	26,8	29,1	28,6	28,7	30,3	32,0	33,9	36,0	38,4
(Em percentagem do PIB)									
Investimento e poupança									
Investimento interno bruto	16,5	22,0	21,3	21,2	22,0	23,1	23,6	24,1	24,2
Governo	12,9	14,0	11,7	11,6	12,0	12,4	12,4	12,6	12,7
Outros sectores	3,6	8,0	9,6	9,6	10,1	10,7	11,2	11,5	11,5
Poupança interna bruta (excluindo donativos)	-2,6	3,9	4,3	4,3	6,1	7,4	8,2	8,8	9,4
Governo	-0,4	1,6	1,0	1,6	2,6	2,6	2,7	2,8	3,0
Outros sectores	-2,2	2,3	3,3	2,8	3,6	4,8	5,5	6,0	6,4
Conta corrente externa, antes dos donativos	-19,1	-18,1	-17,0	-16,9	-15,9	-15,6	-15,5	-15,3	-14,9
Conta corrente externa, após donativos	-12,2	-11,7	-11,4	-11,2	-11,1	-10,9	-10,9	-10,8	-10,5
Orçamento do Estado									
Total da receita	17,6	20,6	20,2	21,4	22,2	22,6	22,9	23,2	23,5
Total da despesa e empréstimos líquidos	32,6	33,4	33,9	32,6	34,6	35,4	35,3	35,3	35,4
Saldo global antes dos donativos	-15,0	-12,7	-13,7	-11,3	-12,4	-12,9	-12,4	-12,1	-11,8
Total dos donativos	9,5	9,1	7,3	7,7	6,5	6,7	6,6	6,5	6,4
Saldo global, após donativos	-5,5	-3,7	-6,4	-3,5	-5,9	-6,1	-5,8	-5,5	-5,4
Saldo primário interno, antes dos donativos	-4,3	-3,6	-3,1	-3,1	-2,1	-2,4	-2,2	-2,1	-2,1
Financiamento externo (incl. alívio da dívida)	5,1	4,2	5,8	2,8	5,3	5,3	5,0	4,7	4,6
Financiamento interno líquido	0,2	-0,6	0,5	0,8	0,5	0,8	0,8	0,8	0,8
Privatização	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da dívida pública ¹	40,5	37,4	...	31,7	37,6	40,3	42,4	43,6	43,8
Da qual: externa	37,3	34,5	...	29,7	35,2	37,8	39,5	40,3	40,3
Da qual: interna	3,2	2,9	...	2,0	2,4	2,6	2,9	3,3	3,5
(Em milhões de USD, salvo indicação em contrário)									
Conta corrente externa, antes dos donativos	-1.908	-1.718	-2.055	-2.149	-2.166	-2.375	-2.618	-2.899	-3.152
Conta corrente externa, após donativos	-1.220	-1.113	-1.380	-1.422	-1.508	-1.663	-1.845	-2.047	-2.231
Balança de pagamentos global	194	58	91	122	251	321	374	407	451
Reservas internacionais líquidas (fim do período) ²	1.840	1.908	2.000	2.030	2.280	2.601	2.974	3.381	3.832
Reservas internacionais brutas (fim do período) ²	2.012	2.099	2.189	2.227	2.474	2.791	3.131	3.475	3.858
Meses das imp. projectadas de bens e serviços não factoriais	5,2	4,4	4,5	4,5	4,6	4,7	4,8	4,9	5,0

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A linha de crédito portuguesa não concessional é incluída na dívida externa, em conformidade com a definição da ASD.

² Inclui os desembolsos de recursos do FMI no âmbito da ESF e a afectação de DSE em Agosto de 2009.

Tabela 2. Moçambique: Finanças Públicas, 2009–12
(Em mil milhões de MT)

	2009	2010	2011		2012
	Efect.	Est.	EBS/11/80	Proj.	Proj.
Total da receita	46,73	64,48	76,79	79,46	95,54
Receitas fiscais	41,47	56,54	67,56	69,94	83,85
Rendimentos e lucros	13,72	18,48	22,01	22,69	27,85
Bens e serviços	22,89	31,69	37,69	38,85	46,26
Comércio internacional	4,08	5,26	6,53	6,73	8,08
Outras	0,78	1,10	1,33	1,67	1,66
Receitas não fiscais	5,26	7,94	9,23	9,51	11,69
Total da despesa e empréstimos líquidos	86,70	105,20	128,94	121,41	148,91
Despesas correntes	47,87	59,56	72,99	73,65	84,46
Remuneração de empregados	23,62	29,11	36,25	36,25	41,35
Bens e serviços	11,72	13,09	16,85	16,27	19,84
<i>Dos quais</i> : despesas com a ENSSB	...	0,73	0,75	0,75	1,01
Juros sobre a dívida pública	1,36	2,67	3,31	3,31	4,63
Pagamentos de transferências	11,17	14,69	16,58	17,82	18,63
<i>Dos quais</i> : subsídios aos combustíveis (stock antigo)	2,80	4,69	3,62	3,59	2,68
Novos programas de passes	0,54	...	1,15
Saldo primário interno corrente	0,22	7,59	7,11	9,12	15,71
Despesas de investimento	34,41	43,70	44,27	43,00	51,58
Com financiamento interno	11,72	20,03	18,77	20,58	24,26
Com financiamento externo	22,69	23,67	25,50	22,42	27,31
Empréstimos líquidos	4,42	1,93	11,68	4,76	12,88
Com financiamento interno	-0,02	-0,40	0,19	0,19	0,40
Emprést. às empresas públicas com financ. externo	4,44	2,33	11,48	4,56	12,48
<i>dos quais</i> : empréstimos líquidos não concessionais	0,00	0,00	7,84	1,46	7,62
Receitas (+)/despesas (-) sem afectação ¹	0,00	0,88	0,00	0,00	0,00
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha ²	-11,47	-11,17	-11,86	-11,66	-8,95
Saldo global antes dos donativos	-39,97	-39,84	-52,15	-41,95	-53,38
Donativos recebidos	25,30	28,34	27,91	28,82	28,11
Apoio a projectos	16,18	17,11	17,40	16,51	18,31
Projectos de investimento	7,17	7,19	7,29	7,63	8,69
Programas especiais	8,64	9,92	10,11	8,88	9,62
Financiamento directo	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio ao orçamento	9,12	11,24	10,52	12,31	9,80
Saldo global, após donativos	-14,67	-11,50	-24,24	-13,13	-25,26
Financiamento externo líquido	13,50	13,25	22,15	10,32	22,91
Desembolsos	14,20	14,28	23,26	11,36	24,91
Projectos	6,51	8,19	8,11	5,91	9,00
Apoio não relacionado a projectos	7,69	6,09	15,16	5,45	15,91
Empréstimos às empresas públicas	3,89	2,33	11,48	4,56	12,35
Apoio ao orçamento	3,80	3,76	3,67	0,89	3,56
Amortização em dinheiro	-0,70	-1,03	-1,11	-1,04	-2,00
Financiamento interno líquido	0,52	-1,74	2,09	2,90	2,35
Privatização líquida	0,41	-0,01	0,00	-0,09	0,00
<i>Por memória:</i>					
Fluxos líquidos da ajuda	38,26	40,78	41,22	36,60	42,33
Fluxos brutos da ajuda	39,50	42,62	43,34	38,71	45,40
Apoio ao orçamento	12,92	14,99	14,19	13,19	13,36
Apoio não relacionado ao orçamento	26,58	27,63	29,15	25,52	32,04
Apoio a projectos	22,69	25,30	25,50	22,42	27,31
Empréstimos às empresas públicas	3,89	2,33	3,65	3,10	4,73
Serviço da dívida externa	1,24	1,85	2,12	2,11	3,07

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

² Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de investimento com financiamento interno e empréstimos líquidos com financiamento interno.

Tabela 3. Moçambique: Finanças Públicas, 2009–16
(Em percentagem do PIB)

	2009	2010	2011		2012	2013	2014	2015	2016
	Efect.	Est.	EBS/11/80	Proj.	Proj.				
Total da receita	17,6	20,6	20,2	21,4	22,2	22,6	22,9	23,2	23,5
Receitas fiscais	15,6	18,1	17,8	18,8	19,5	19,9	20,2	20,5	20,8
Receitas não fiscais	2,0	2,5	2,4	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
Total da despesa e empréstimos líquidos	32,6	33,4	33,9	32,6	34,6	35,4	35,3	35,3	35,4
Despesas correntes	18,0	19,0	19,2	19,8	19,6	20,0	20,2	20,4	20,6
Remuneração de empregados	8,9	9,3	9,5	9,7	9,6	9,4	9,1	8,9	8,9
Bens e serviços	4,4	4,2	4,4	4,4	4,6	4,9	5,0	5,2	5,3
Juros sobre a dívida pública	0,5	0,9	0,9	0,9	1,1	1,2	1,3	1,3	1,4
Pagamentos de transferências	4,2	4,7	4,4	4,8	4,3	4,5	4,8	4,9	4,9
<i>Dos quais</i> : subsídios aos combustíveis (stock antigo)	1,1	1,5	1,0	1,0	0,6
novos programas de passes	0,1	0,1	0,3
Despesas de investimento	12,9	14,0	11,7	11,6	12,0	12,4	12,4	12,6	12,7
Com financiamento interno	4,4	6,4	4,9	5,5	5,6	6,0	6,0	6,2	6,4
Com financiamento externo	8,5	7,6	6,7	6,0	6,3	6,4	6,4	6,4	6,4
Empréstimos líquidos	1,7	0,6	3,1	1,3	3,0	3,1	2,7	2,3	2,1
Com financiamento interno	0,0	-0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Emprést. às empresas públicas com financ. externo	1,7	0,7	3,0	1,2	2,9	3,0	2,6	2,2	2,0
<i>dos quais</i> : concessionais	1,7	0,7	1,0	0,8	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0
<i>dos quais</i> : empréstimos líquidos não concessionais	0,0	0,0	2,1	0,4	1,8	2,0	1,6	1,2	1,0
Receitas (+)/despesas (-) sem afectação 1/	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno, antes dos donativos 2/	-4,3	-3,6	-3,1	-3,1	-2,1	-2,4	-2,2	-2,1	-2,1
Saldo global antes dos donativos	-15,0	-12,7	-13,7	-11,3	-12,4	-12,9	-12,4	-12,1	-11,8
Donativos recebidos	9,5	9,1	7,3	7,7	6,5	6,7	6,6	6,5	6,4
Projectos	6,1	5,5	4,6	4,4	4,3	4,5	4,5	4,4	4,3
Projectos de investimento	2,7	2,3	1,9	2,1	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2
Programas especiais	3,2	3,2	2,7	2,4	2,2	2,4	2,3	2,3	2,1
Financiamento directo	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não relacionado a projectos	3,4	3,6	2,8	3,3	2,3	2,2	2,1	2,1	2,1
Saldo global, após donativos	-5,5	-3,7	-6,4	-3,5	-5,9	-6,1	-5,8	-5,5	-5,4
Financiamento externo líquido	5,1	4,2	5,8	2,8	5,3	5,3	5,0	4,7	4,6
Desembolsos	5,3	4,6	6,1	3,1	5,8	5,8	5,7	5,5	5,5
Projectos	2,4	2,6	2,1	1,6	2,1	1,8	1,9	2,0	2,1
Apoio não relacionado a projectos	2,9	1,9	4,0	1,5	3,7	4,0	3,8	3,5	3,4
Empréstimos às empresas públicas	1,5	0,7	3,0	1,2	2,9	3,1	2,9	2,7	2,5
<i>dos quais</i> : não concessionais	0,0	0,0	2,1	0,4	1,8	2,1	1,9	1,7	1,5
Apoio ao orçamento	1,4	1,2	1,0	0,2	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9
Amortização em dinheiro	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,5	-0,5	-0,6	-0,7	-0,8
Financiamento interno líquido	0,2	-0,6	0,5	0,8	0,5	0,8	0,8	0,8	0,8
Privatização líquida	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>									
Fluxos líquidos da ajuda	14,5	13,0	10,8	9,8	9,8	9,6	9,3	9,1	9,0
Fluxos brutos da ajuda	15,0	13,6	11,4	10,4	10,6	10,4	10,4	10,4	10,3
Apoio ao orçamento	4,9	4,8	3,7	3,5	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0
Apoio não relacionado ao orçamento	10,1	8,8	7,7	6,9	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Apoio a projectos	8,6	8,1	6,7	6,0	6,3	6,4	6,4	6,4	6,4
Empréstimos às empresas públicas	1,5	0,7	1,0	0,8	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0
Serviço da dívida externa	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	1,1	1,2	1,4

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

² Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de investimento com financiamento interno e empréstimos líquidos com financiamento interno.

Tabela 4. Moçambique: Síntese Monetária, Trimestral, 2010–12
(Em mil milhões de MT, salvo indicação em contrário)

	2010		2011						2012				
	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
	Efect.	EBS/10/210	Efect.	EBS/11/80	Efect.	EBS/11/80	EBS/11/80	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Banco de Moçambique													
Activos externos líquidos	56,9	57,7	52,8	51,7	54,8	54,4	59,5	54,2	57,4	60,7	64,2	67,7	
(Em mil milhões de USD)	1,7	1,6	1,7	1,7	1,9	1,7	1,8	1,9	1,9	2,0	2,1	2,1	
Reservas internacionais líquidas	62,2	62,6	57,4	56,8	59,8	59,5	64,8	58,9	62,2	65,7	69,3	72,9	
(Em mil milhões de USD)	1,9	1,7	1,9	1,8	2,1	1,9	2,0	2,0	2,1	2,2	2,2	2,3	
Activos internos líquidos	-25,2	-30,2	-24,2	-21,1	-24,2	-20,2	-23,4	-18,4	-24,0	-24,2	-26,6	-25,4	
Crédito (líquido) ao governo	-20,6	-19,3	-23,7	-21,8	-26,9	-20,2	-18,5	-23,7	-19,2	-24,6	-22,7	-19,7	
Crédito (líquido) à banca	0,4	-0,5	2,4	2,5	1,6	2,4	1,6	4,8	2,0	2,8	4,0	5,7	
Crédito à economia	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	
Outras rubricas (líquido; activos +)	-5,6	-10,8	-3,3	-2,3	0,6	-2,8	-6,9	-0,1	-7,5	-3,0	-8,5	-12,0	
Base monetária	31,6	27,5	28,6	30,6	30,6	34,2	36,2	35,8	33,4	36,6	37,6	42,3	
Circulação monetária	20,4	16,1	17,1	19,2	19,1	22,5	24,1	23,6	21,2	23,3	23,9	27,9	
Moeda em poder do público	17,4	14,5	14,7	17,0	16,5	20,6	24,6	11,3	10,8	5,3	7,2	13,3	
Notas e moedas em caixa	3,0	1,6	2,4	2,2	2,6	1,9	-0,4	12,3	10,4	18,0	16,7	14,6	
Depósitos bancários no BM	11,2	11,4	11,5	11,4	11,5	11,7	12,0	12,1	12,2	13,3	13,8	14,4	
Bancos comerciais													
Activos externos líquidos	22,8	9,0	24,5	16,1	17,9	11,7	15,6	16,8	24,0	24,7	26,4	26,6	
(Em milhões de USD)	0,7	0,2	0,8	0,5	0,6	0,4	0,5	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	
Activos internos líquidos	90,6	110,4	89,4	110,9	94,4	118,4	117,6	118,7	111,7	124,3	127,5	134,7	
Reservas bancárias	14,3	13,1	13,9	13,6	14,3	13,6	11,6	24,5	22,6	31,3	30,5	29,0	
Crédito ao BM (líquido)	-0,3	0,5	-2,0	-2,5	-1,4	-2,4	-1,6	-4,8	-2,0	-2,8	-4,0	-5,7	
Crédito (líquido) ao governo	7,9	10,2	8,9	8,3	12,4	7,3	7,9	14,2	12,9	13,0	12,9	12,8	
Crédito à economia	90,6	99,2	91,9	104,1	93,4	108,6	108,3	106,3	106,6	110,3	120,3	129,6	
Outras rubricas (líquido; activos +)	-21,9	-12,6	-23,3	-12,6	-24,3	-8,6	-8,6	-21,4	-28,4	-27,5	-32,1	-31,0	
Depósitos	113,3	119,4	113,8	127,0	112,3	130,1	133,2	135,5	135,7	149,0	154,0	161,3	
Depósitos à ordem e de poupança	71,1	72,2	72,8	79,9	71,8	81,9	82,1	89,6	88,3	99,1	102,8	106,4	
Depósitos a prazo	42,3	47,2	41,0	47,0	40,4	48,2	51,1	45,9	47,4	50,0	51,2	54,9	
Síntese monetária													
Activos externos líquidos	79,6	66,7	77,3	67,8	72,7	66,1	75,2	71,0	81,4	85,5	90,7	94,3	
(Em mil milhões de USD)	2,4	1,8	2,5	2,2	2,5	2,1	2,3	2,4	2,7	2,8	2,9	2,9	
Activos internos líquidos	51,8	67,2	52,0	76,1	57,1	84,6	82,6	75,9	65,1	68,8	70,5	80,3	
Crédito interno	78,3	90,6	77,5	91,1	79,4	96,1	98,1	97,3	100,9	99,3	111,0	123,3	
Crédito (líquido) ao governo	-12,7	-9,1	-14,9	-13,5	-14,6	-13,0	-10,7	-9,5	-6,3	-11,6	-9,9	-6,9	
Crédito à economia	91,1	99,7	92,4	104,6	94,0	109,1	108,8	106,9	107,3	110,9	120,9	130,2	
Cred. à economia em moeda estrangeira	27,2	35,9	25,3	32,0	23,8	33,6	31,9	24,6	24,5	24,3	25,6	29,4	
Outras rubricas (líquido; activos +)	-26,5	-23,4	-25,5	-14,9	-22,3	-11,5	-15,5	-21,5	-35,9	-30,4	-40,5	-43,0	
Moeda e quase-moeda (M3)	131,5	133,9	129,3	143,9	129,8	150,7	157,8	146,8	146,4	154,3	161,2	174,6	
Depósitos em divisas	46,2	43,1	45,3	53,4	39,2	55,6	55,1	46,9	47,0	46,9	48,1	55,2	
(Em mil milhões de USD)	1,4	1,2	1,5	1,7	1,4	1,8	1,7	1,6	1,6	1,5	1,5	1,7	
M2	85,3	90,8	84,1	90,5	90,6	95,1	102,7	99,9	99,4	107,4	113,0	119,4	
Por memória:													
Base monetária diária média no 3o. mês do trimestre	31,8	27,4	29,0	29,8	30,7	33,7	36,4	36,1	33,8	36,7	37,1	42,7	
Variação percentual em 12 meses	35,0	19,9	27,0	17,4	21,0	16,6	14,3	13,2	16,6	19,5	18,0	18,3	
Moeda diária média no 3o. mês do trimestre	20,4	15,9	17,3	18,4	18,7	21,9	24,1	23,6	21,5	22,8	23,2	27,9	
Variação percentual em 12 meses	30,1	10,9	21,0	14,6	16,4	22,6	18,1	15,7	24,1	21,9	14,4	18,2	
Stock de CLG (definição do programa) ¹	-16,3	-12,5	-18,6	-17,2	-18,4	-16,7	-14,3	-13,5	-10,7	-16,1	-14,2	-11,1	
Fluxo de CLG (def. progr.) acum. desde o fim do ano ¹	-1,7	1,1	-2,3	-0,9	-2,1	-0,4	2,1	2,9	2,8	-2,6	-0,7	2,4	
Variação percentual em 12 meses													
Base monetária	29,2	19,9	24,6	17,4	17,5	16,6	14,3	13,2	16,6	19,5	18,0	18,3	
M2	17,6	27,7	18,2	18,7	18,8	19,7	20,4	17,2	18,3	18,5	18,8	19,5	
M3	22,8	23,6	19,4	21,5	9,5	17,8	20,0	11,7	13,2	18,9	18,0	18,9	
Crédito à economia	27,5	33,7	24,0	26,2	13,5	19,6	19,5	17,4	16,1	18,0	26,4	21,8	
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	2,70	3,30	2,94	2,96	2,96	2,78	2,84	2,79	2,98	2,93	3,01	2,82	
Velocidade (PIB/M2)	3,67	3,70	3,72	4,33	4,01	3,81	3,60	
PIB nominal	313	380	372	430	
Crescimento do PIB nominal	17,5	17,4	18,9	15,6	

Fontes: Banco de Moçambique e estimativos e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Conforme definido no MTE (excluindo a linha de crédito portuguesa não concessional).

Tabela 5. Balança de Pagamentos, 2009–16

(Em mil milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2009	2010	2011		2012	2013	2014	2015	2016
	Efect.	Est.	EBS/11/80	Proj.	Projeções				
Conta corrente	-1.220	-1.113	-1.380	-1.422	-1.508	-1.663	-1.845	-2.047	-2.231
Balança comercial de bens	-1.275	-1.179	-1.296	-1.380	-1.283	-1.312	-1.360	-1.405	-1.510
<i>Da qual:</i> Mega projectos	520	768	925	677	934	1.110	1.275	1.455	1.603
Exportações, FOB	2.147	2.333	2.574	2.649	2.972	3.267	3.582	3.898	4.228
<i>Das quais:</i> Exportações dos mega projectos	1.311	1.668	1.960	1.931	2.231	2.495	2.771	3.042	3.324
Importações, FOB	-3.422	-3.512	-3.871	-4.029	-4.255	-4.579	-4.942	-5.304	-5.738
<i>Das quais:</i> Importações dos mega projectos	-791	-900	-1.035	-1.254	-1.297	-1.385	-1.496	-1.587	-1.721
Balança comercial de serviços	-457	-506	-615	-855	-865	-1.005	-1.155	-1.321	-1.477
Balança de rendimentos	-251	-85	-225	-29	-142	-196	-257	-345	-357
<i>Da qual:</i> Pagamento de dividendos pelos mega projectos	-17	0	-219	-5	-169	-206	-248	-324	-328
Balança de transferências correntes	763	657	757	842	783	850	927	1.025	1.113
<i>Da qual:</i> Donativos externos	687	605	675	726	659	712	773	853	921
Conta de capital e financeira	1.288	1.113	1.471	1.544	1.759	1.984	2.219	2.454	2.682
Conta de capital	422	346	431	372	398	459	511	572	639
Conta financeira	865	768	1.040	1.172	1.361	1.525	1.707	1.882	2.043
Investimento directo estrangeiro líquido	890	790	867	1.009	1.018	1.090	1.173	1.249	1.299
Endividamento externo líquido do governo geral	434	468	885	590	923	937	941	943	886
Endividamento externo líquido do sector privado não financeiro	-487	-348	-343	-304	-303	-292	-307	-221	-221
Outros ¹	28	-142	-368	-122	-278	-210	-100	-88	79
<i>Das quais:</i> Direitos de saque especiais	170	0	0	0	0	0	0	0	0
Erros e omissões líquidos	126	58	0	0	0	0	0	0	0
Saldo global	194	58	91	122	251	321	374	407	451
Financiamento externo	-194	-58	-91	-122	-251	-321	-374	-407	-451
Activos de reserva ¹	-352	-87	-89	-128	-248	-318	-340	-345	-383
Uso líquido do crédito do Fundo	156	18	-2	6	-3	-3	-34	-62	-68
Financiamento excepcional	2	10	0	0	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>									
Índices da taxa de câmbio efectiva (variação percentual)									
Taxa de câmbio efectiva nominal	-7,1	-22,4
Taxa de câmbio efectiva real	-6,6	-15,1
Índice dos termos de troca (variação percentual)									
Preço internacional do alumínio	-35,3	30,2	19,6	14,3	-1,0	3,3	2,4	2,2	1,3
Índice de preços internacionais dos alimentos	-14,7	11,5	24,1	22,1	-4,4	-3,6	-5,2	-4,8	-1,8
Índice de preços internacionais dos combustíveis	-36,9	26,0	31,9	29,5	-3,5	-0,7	-1,9	-1,1	-0,9
Índice de preços internacionais do carvão	16,8	22,8	-14,1	-6,1	-4,9	-6,2	0,0
Conta corrente (percentagem do PIB)	-12,2	-11,7	-11,4	-11,2	-11,1	-10,9	-10,9	-10,8	-10,5
Excluindo os donativos externos	-19,1	-18,1	-17,0	-16,9	-15,9	-15,6	-15,5	-15,3	-14,9
Fluxos brutos da ajuda financeira (percentagem do PIB)	15,8	13,9	12,4	11,8	11,8	11,0	10,7	10,7	10,5
<i>Das quais:</i> Ao governo central	15,0	13,6	11,4	10,4	10,6	10,4	10,4	10,4	10,3
Apoio ao orçamento	4,9	4,8	3,7	3,5	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0
Apoio não relacionado ao orçamento	10,1	8,8	7,7	6,9	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Apoio a projectos	8,6	8,1	6,7	6,0	6,3	6,4	6,4	6,4	6,4
Acordos de retrocessão	1,5	0,7	1,0	0,8	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0
Activos externos líquidos	1.701	1.745	1.836	1.857	2.108	2.428	2.802	3.209	3.661
Reservas internacionais líquidas ¹	1.840	1.908	2.000	2.030	2.280	2.601	2.974	3.381	3.832
Reservas internacionais brutas ¹	2.012	2.099	2.189	2.227	2.474	2.791	3.131	3.475	3.858
Meses das imp. projectadas de bens e serviços não factoriais	5,2	4,4	4,5	4,5	4,6	4,7	4,8	4,9	5,0
Meses das imp. correntes de bens e serviços não factoriais	5,4	5,4	5,0	4,7	5,0	5,1	5,3	5,4	5,4

Fontes: Dados do Governo de Moçambique e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O desembolso de uma afectação de DSE no terceiro trimestre de 2009 no valor de DSE 108,8 milhões é registado acima da linha como outros passivos de investimento da autoridade monetária e abaixo da linha como aumento dos activos de reserva.

Tabela 6. Moçambique: Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2001–11

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Mar/09	Jun/09	Set/09	Dez/09	Mar/10	Jun/10	Set/10	Dez/10	Mar/11	Jun/11	
Adequação dos fundos próprios																			
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	5,5	14,0	16,5	18,0	13,4	12,5	14,2	13,9	16,9	18,1	16,6	15,1	14,8	15,2	15,3	14,4	15,3	18,7	
Capital regulamentar Tier 1/activos ponderados pelo risco	6,0	12,0	14,7	16,0	13,6	10,7	12,1	12,4	14,9	16,2	14,3	13,0	12,2	13,3	13,7	13,7	13,8	16,8	
Capital (património líquido)/activos	8,2	9,4	7,4	7,4	6,6	6,3	7,2	7,5	8,9	9,3	8,4	7,7	7,6	8,0	8,0	8,0	8,5	10,8	
Composição e qualidade dos activos																			
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	64,7	69,9	60,8	62,0	51,4	33,2	28,5	32,8	35,2	33,1	36,2	32,4	33,2	34,4	32,7	29,5	27,2	25,0	
Empréstimos mal parados/empréstimos brutos ¹	23,4	22,0	13,8	5,9	3,5	3,1	2,6	1,9	2,0	2,2	2,0	1,8	2,1	2,1	2,0	1,9	2,3	2,3	
Empréstimos mal parados líquidos de provisões/capital ¹	11,0	9,4	8,8	3,8	1,9	3,6	0,5	2,5	3,3	5,5	5,8	5,9	5,9	7,9	7,0	5,6	6,1	5,9	
Lucros e rentabilidade																			
Rendibilidade dos activos	0,1	1,6	1,4	1,5	1,9	4,0	3,8	3,5	4,2	3,6	3,1	3,0	4,3	3,4	3,0	2,6	2,9	3,0	
Rendibilidade do capital	3,5	22,1	18,6	20,6	26,9	60,8	50,7	44,7	53,4	44,3	37,0	36,6	53,1	42,7	37,8	32,9	36,0	34,6	
Margem de juros/rendimentos brutos	10,2	61,4	62,1	65,8	63,6	67,4	70,2	58,8	58,3	57,6	57,4	55,7	47,9	53,7	56,7	59,4	64,4	66,8	
Despesas líquidas de juros/rendimentos brutos	16,9	67,0	81,9	81,6	75,2	60,2	60,8	58,7	55,4	59,1	59,0	58,4	51,1	56,5	57,7	59,7	61,4	58,2	
Despesas com pessoal/despesas excluindo juros	51,7	44,7	42,4	43,1	43,5	42,6	46,3	45,1	49,2	46,6	46,4	45,9	45,9	45,8	45,2	45,5	46,7	47,1	
Rendimento de tarifas e negócios/rendimento bruto	33,1	39,7	37,9	34,2	36,4	32,6	29,5	40,5	41,7	40,8	41,5	44,3	52,1	43,2	39,0	23,8	18,3	16,0	
Spread entre taxas de referência activas e passivas (90 dias, moeda nacional)	14,0	19,0	17,4	14,9	13,8	14,6	11,1	10,7	10,6	11,3	11,0	11,1	11,7	12,5	9,6		
Financiamento e liquidez																			
Activos líquidos/total do activo ²	34,6	53,9	45,2	38,3	31,1	33,9	36,0	36,2	34,8	32,2	30,3	27,9	25,9	22,5	21,5	22,4	22,1	23,2	
Depósitos de clientes/total de empréstimos (não interbancários)	217,0	240,0	193,6	205,0	177,6	169,5	184,9	165,7	158,6	155,3	147,9	138,2	131,5	126,6	127,5	131,2	129,6	126,9	

Fonte: Banco de Moçambique (BM).

¹ Os empréstimos mal parados são definidos conforme as normas contabilísticas moçambicanas (incluem apenas parte dos empréstimos em mora).

² Inclui os depósitos nas instituições-mãe.

CARTA DE INTENÇÕES – REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

14 de Novembro de 2011

Sra. Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
E.U.A.

Exma. Senhora Directora-Geral:

O Governo de Moçambique vem, por este meio, solicitar a conclusão da terceira avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). Em apoio a este pedido, transmitimos o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo, que avalia a implementação do nosso programa económico ao abrigo do PSI e estabelece os objectivos e as políticas do governo a curto e médio prazos.

O programa económico do governo tem como objectivo manter a estabilidade macroeconómica, promover um crescimento mais inclusivo, através do investimento público e da promoção do emprego produtivo, e reduzir a pobreza. O programa visa apoiar a execução do novo Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) para 2011-14, formalmente adoptado pelo governo em 3 de Maio de 2011.

O governo acredita que as políticas definidas no MPEF são suficientes para alcançar os objectivos do programa apoiado pelo PSI. Estamos prontos para tomar quaisquer medidas que venham a ser necessárias para o alcance dos nossos objectivos de política. O governo consultará o FMI — por iniciativa própria ou sempre que solicitado pela Directora-Geral da instituição — sobre mudanças que venham a ser consideradas nas políticas contidas no MPEF anexo. O governo de Moçambique facultará ao FMI todas as informações de que este venha a necessitar para avaliar o progresso efectuado na implementação das políticas económicas e financeiras e na consecução dos objectivos do programa.

Com os melhores cumprimentos,

/s/
Manuel Chang
Ministro das Finanças

/s/
Ernesto Gouveia Gove
Governador
Banco de Moçambique

Anexos: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
 Memorando Técnico de Entendimento

ANEXO 1: MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

14 de Novembro de 2011

1. Este MPEF actualizado: i) descreve a evolução económica recente e o desempenho no âmbito do programa económico do Governo de Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) trienal até Outubro de 2011 e ii) debruça-se sobre as intenções em matéria de políticas económicas e estruturais para 2012. Ele tem como base o MPEF subjacente ao pedido inicial de um PSI para Moçambique, datado de 28 de Maio de 2010, e os MPEF para a primeira e segunda avaliações deste acordo, datados de 8 de Novembro de 2010 e 20 de Maio de 2011, respectivamente.

I. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA

2. **Moçambique está a demonstrar o seu poder de resistência face a esta nova fase de turbulência mundial.** A nossa economia continua a suportar com extraordinário vigor as pressões da crise financeira global. Estima-se que a actividade económica no primeiro semestre do ano tenha crescido 7,4 por cento, impulsionada por boas safras e pelo desempenho robusto dos sectores de serviços, transportes e comunicações. A inflação homóloga registou forte queda em relação ao seu pico de 16,6 por cento em fins de 2010, situando-se em 7,8 por cento ao fim de Setembro de 2011. As expectativas inflacionistas também estão em queda, uma vez que a inflação subjacente (que exclui os preços dos alimentos e combustíveis) registou uma queda gradual para 7,7 por cento em fins de Setembro de 2011. Este resultado deve-se ao firme esforço de aperto das políticas monetária e fiscal, à evolução favorável dos preços internacionais, a uma boa safra e a um metical mais forte. O aumento da factura de importações de combustíveis e dos investimentos dos megaprojectos foi parcialmente compensado por uma aceleração das exportações tradicionais e dos megaprojectos, o que resultou num défice de conta corrente de 11,2 por cento do PIB, que em termos globais está alinhado às nossas projecções iniciais. Estes desenvolvimentos, juntamente com o forte influxo de capitais, contribuíram para que a posição de reservas internacionais ficasse acima das projecções.

3. O desempenho do programa de Moçambique continua robusto:

- Foram cumpridos todos os critérios de avaliação quantitativos para fim de Junho de 2010, à excepção da meta da base monetária, que foi excedida por uma ligeira margem. De referir, porém, que o forte aperto da política monetária resultou num crescimento negativo da base monetária no primeiro semestre de 2011. O Banco de Moçambique (BM) deu continuidade às políticas desinflationistas ao cumprir com folga a meta indicativa da base monetária para fim de Setembro. Também cumpriu todas as metas do programa relativamente às reservas internacionais líquidas até ao fim de Setembro.
- A orientação da política fiscal do governo também apoiou o esforço desinflationista; tanto o crédito líquido ao governo quanto a receita pública ultrapassaram as respectivas metas do programa para fim de Junho por uma ampla margem. Contribuíram para isso um esforço vigoroso de mobilização de receitas e o ritmo moderado de execução orçamental,

especialmente no que respeita aos projectos com financiamento externo. Este último factor resultou, porém, no incumprimento das metas indicativas para as despesas nos sectores prioritários no fim de Março e de Junho de 2011. Não foi contratado nenhum novo empréstimo não concessional desde Abril de 2011.

- No diz respeito aos indicadores de referência estruturais para o fim de Julho, lançámos atempadamente a base de dados do serviço público e da folha salarial e produzimos o primeiro relatório trimestral. Para além disso, o Conselho de Ministros adoptou o pacote de combate à corrupção em 26 de Julho, e a legislação respectiva foi formalmente submetida à Assembleia em 1 de Novembro.

4. **O governo tomou medidas importantes para a execução do novo PARP quadrienal de Moçambique.** A matriz de medidas estruturais do PARP foi concluída em Agosto de 2011, em estreita consulta com as principais partes interessadas. A aprovação recente do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) contribuirá para traçar um plano de acção detalhado para alcançar os principais objectivos gerais do PARP de aumentar a produção e a produtividade agrária e pesqueira. Em Setembro de 2011, o Conselho de Ministros aprovou uma série de programas que viriam a apoiar a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB), que envolve uma ampla variedade de programas com especial ênfase em transferências directas para protecção social e programas de obras públicas produtivas em zonas urbanas e rurais.

II. POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

A. Objectivos Económicos

5. **Não obstante a deterioração das perspectivas económicas globais, o governo continua a perspectivar uma evolução macroeconómica positiva para Moçambique em 2011 e anos seguintes.** O crescimento económico pode ascender a 7,25 por cento em 2011 e rondar os 8 por cento a médio prazo. Graças aos nossos fortes esforços para conter as expectativas inflacionistas, a inflação total deve permanecer abaixo de 10 por cento até ao fim de 2011, dependendo da evolução dos preços internacionais dos alimentos e combustíveis, e consistente com o nosso objectivo de inflação abaixo de 6 por cento a médio prazo. O défice de conta corrente (após donativos) deve permanecer estável nos próximos anos, entre 10 e 11 por cento do PIB, enquanto a cobertura das importações pelas reservas internacionais deve chegar a quase 5 meses devido aos crescentes influxos de capitais privados, às exportações dos novos megaprojectos no sector de recursos minerais e ao apoio contínuo dos doadores.

6. **O delicado ambiente global agravou os riscos para as perspectivas económicas.** Assim como ocorreu em 2008–09, a crise mundial pode afectar Moçambique através de dois grandes canais de contágio: o declínio dos preços dos produtos de base, que teria um impacto sobre os recursos minerais do país, e a redução do acesso do sector privado ao financiamento internacional. Para além disso, as dificuldades económicas nos nossos países parceiros poderiam reduzir a previsibilidade da ajuda e de outros fluxos financeiros, com repercussões no nosso

sistema financeiro. Embora à altura não haja indícios de pressões imediatas nessas áreas, redobramos a vigilância e estamos prontos para modificar as nossas políticas se necessário, em consulta com o corpo técnico do FMI.

B. Combinação de Políticas Macroeconómicas

7. **As políticas para o restante de 2011 e para 2012 precisam de encontrar o equilíbrio entre as necessidades de manter as expectativas inflacionistas sob controlo e de apoiar as nossas metas de investimento e desenvolvimento social.** O BM imprimirá, de forma cautelosa, uma orientação menos restrictiva à política monetária e coerente com o objectivo de inflação anual, isto é desinflação significativa registada até à presente data, e a necessidade de alargar o espaço para o crescimento do crédito ao sector privado. A política fiscal apoiará os esforços do BM, reduzindo ainda mais o défice primário interno e limitando o recurso ao financiamento interno, o que também deve ajudar a conter a procura interna e evitar a escassez de recursos para o sector privado.

8. **A médio prazo, e de acordo com o PARP, adoptaremos uma orientação de política que apoie o crescimento inclusivo e preserve a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida.** O foco da política monetária continuará a visar o alcance de baixos níveis de inflação, complementado por esforços para promover o aprofundamento do mercado financeiro e o desenvolvimento de mercados internos de títulos de dívida. A política fiscal procurará acelerar as despesas de investimento para colmatar o défice de infra-estruturas e apoiar os nossos objectivos de desenvolvimento social e humano, de modo a permitir o alargamento gradual das redes de protecção social para combater a pobreza crónica e promover a coesão social. Para o efeito, pretendemos criar mais espaço fiscal, especialmente através da melhoria continuada do rácio receitas/PIB e do uso selectivo de empréstimos externos em condições não concessionais, estes últimos para projectos de investimento com uma expectativa de elevado retorno económico. Esta orientação de política será coerente com a manutenção da estabilidade macroeconómica e com a sustentabilidade da dívida.

C. Políticas Monetária e Cambial

9. **As autoridades estão empenhadas em manter a orientação desinflacionista da sua política monetária.** O nosso objectivo é conter a inflação de fim de período em 8,5 por cento em 2011 e abaixo de 6 por cento em 2012. Concorrerão para isto a manutenção do controlo estrito sobre a expansão monetária e, em especial, sobre o crescimento da base monetária. O nosso objectivo para 2011 é conter o crescimento da base monetária em cerca de 13 por cento. Para o futuro, paralelamente aos nossos progressos no combate à inflação, o crescimento da base monetária acelerará, com uma expansão ligeiramente acima do crescimento do PIB nominal para apoiar o aprofundamento do sector financeiro.

10. **As autoridades tencionam reforçar ainda mais o quadro operacional do BM.** Com isto, o BM poderá melhorar as suas previsões de liquidez e influenciar as condições monetárias com maior eficácia. Isto implica, nomeadamente:

- **Monitoria das contas do governo.** A aplicação do Memorando de Entendimento firmado em 25 de Março de 2011 sobre a troca de informações entre o BM e o Ministério das Finanças (MF) será acelerada. Entre outras medidas, até ao fim de Novembro de 2011, o MF e o BM irão alterar as actuais regras de modo a: i) evitar fluxos inesperados do governo próximo ao fecho do mercado para que os bancos comerciais tenham tempo suficiente para fazer o ajustamento das suas condições diárias de liquidez e para aumentar a eficácia das intervenções monetárias do BM para absorver ou ceder liquidez e ii) cancelar as autorizações de instituições públicas no e-SISTAFE caso elas não sejam utilizadas no prazo de uma semana. O MF já está a prestar ao BM informações sobre a natureza das despesas e receitas do governo em moeda estrangeira, e passaremos agora a buscar soluções técnicas para prestar as mesmas informações em moeda nacional. O MF também fornecerá dados históricos mensais sobre as despesas e receitas do governo para permitir que o BM capture melhor os padrões sazonais.
- **Desenvolvimento do mercado interno de operações de recompra para ajudar a melhorar a gestão do mercado monetário e a liquidez dos títulos públicos.** Até ao fim de Julho de 2012, o BM irá: i) modificar os módulos de leilões do Mercado Monetário Interbancário Meticalnet (MMI) para aceitar não apenas Bilhetes do Tesouro (BTs) emitidos pelo BM bem como Obrigações do Tesouro (OTs) emitidas através da bolsa de valores como garantia das operações de recompra do BM; ii) permitir o uso sucessivo dos mesmos títulos em recompras e iii) tornar todos os BTs igualmente elegíveis às operações de recompra do BM. Para além disso, até ao fim de Março de 2012, com base num estudo de impacto, as autoridades decidirão as medidas a tomar para instituir a igualdade de tratamento fiscal entre os BTs e as OTs e entre as operações do mercado interbancário com ou sem garantia. Até ao fim de Setembro de 2012, submeteremos à Assembleia da República uma emenda ao Código do IRPC que reflecta este alinhamento de tratamento fiscal, com entrada em vigor prevista para 2013 (**indicador de referência estrutural**). Esta medida eliminará o actual viés fiscal de 10 por cento a desfavor dos BTs e o actual incentivo fiscal à realização de operações sem garantia (os impostos sobre as operações com garantia devem ser pagos mensalmente, enquanto as operações sem garantia são tributadas apenas em Abril do ano seguinte no contexto do pagamento anual dos impostos pelos bancos, com base nos seus balanços).

11. **O BM pretende efectuar a transição para um quadro de metas de inflação ao longo dos próximos anos.** Com a assistência técnica do Fundo, estão a ser feitos progressos importantes na melhoria da recolha e análise de dados, no desenvolvimento de técnicas de previsão e no lançamento das bases para o aperfeiçoamento das comunicações para que as intenções de política do BM sejam explicadas de forma transparente e eficiente. Relativamente a este último quesito, até ao fim de Maio de 2012 o BM publicará o seu primeiro relatório trimestral de política monetária, que abordará uma ampla série de assuntos, tais como o cenário internacional de políticas, as actividades e perspectivas da economia interna e uma análise dos desenvolvimentos em matéria de política económica (**indicador de referência estrutural**). Face aos progressos obtidos na modelagem da evolução macroeconómica e da liquidez, inclusivamente com respeito às previsões e gestão da moeda em poder do público,

reduziremos para MT 250 milhões o factor de ajuste da moeda em circulação no contexto da meta da base monetária do programa, para todas as metas da base monetária de 2012, e pretendemos eliminar esse factor de ajuste a partir da meta definida para o fim de Março de 2013.

12. O regime de taxas de câmbio flexíveis de Moçambique continua a servir aos interesses do país. O BM continuará a permitir o livre ajustamento da taxa de câmbio à evolução do comércio e dos fluxos financeiros, reforçando as reservas internacionais do país que, a médio prazo, devem chegar a quase cinco meses das importações projectadas. O BM continuará a monitorar atentamente a evolução da taxa de câmbio efectiva real face a um cabaz alargado de moedas.

13. O BM assegurará que Moçambique continue a cumprir com as obrigações previstas nas Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII dos Estatutos do FMI. O BM continuará a acompanhar a aplicação dos novos regulamentos cambiais e das suas normas de implementação, bem como o funcionamento do mercado cambial, com vista a inibir práticas que poderiam ser incompatíveis com os princípios do Artigo VIII. Manteremos o corpo técnico do FMI informado acerca de quaisquer novos desenvolvimentos que possam vir a violar estes princípios.

D. Política Fiscal

14. A política fiscal auxiliará o governo na busca do crescimento mais inclusivo, mas a curto prazo será orientada para apoiar as medidas desinflationistas do BM.

- Daremos continuidade aos nossos esforços de arrecadação de receitas e prudência na execução do orçamento em 2011, mantendo o défice primário interno em torno de 3 por cento do PIB, quase inalterado em relação ao acordado anteriormente. Por outro lado, a execução da despesa financiada por recursos externos deverá ser muito mais lenta, o que resultará num défice fiscal global muito mais baixo do que se previa. Além disso, a deslocação do apoio geral ao orçamento para diferentes modalidades de ajuda externa entre exercícios fiscais acordada com os doadores implica a necessidade de um ligeiro aumento do crédito líquido ao governo, de 0,8 por cento do PIB.
- A orientação da política fiscal em 2012 continuará a apoiar o objectivo de desinflation, enquanto potencia os planos das autoridades relativamente ao investimento e ao desenvolvimento social. O défice primário interno e o crédito líquido ao governo serão contidos em cerca de 2 por cento e 0,5 por cento do PIB, respectivamente, mas o défice global subirá para 5,8 por cento do PIB para beneficiar da margem disponível no programa para o contraimento de empréstimos em condições não concessionais para ajudar a financiar o arranque da despesa de investimento e dos acordos de retrocessão para o investimento em infra-estruturas.

15. A implementação da lei do orçamento de 2012 estará sujeita ao contingenciamento das receitas no âmbito da lei orgânica do orçamento (SISTAFE 2002). Este quadro legal

restringe a execução orçamental a limites máximos (tectos) preventivos enquanto a arrecadação de receitas permanecer incerta. Para o efeito, e em conformidade com as disposições da lei do orçamento de 2012, o governo tomará as seguintes medidas até ao fim Janeiro de 2012: i) o Conselho de Ministros aprovará o Decreto de Delegação de Competências sobre a Execução do Orçamento e ii) o Ministro das Finanças emitirá uma Circular Ministerial para orientar os ministros sectoriais acerca da execução orçamental e as contingências. Deste modo, serão aplicados os seguintes limites máximos de contingência: i) 90 por cento para os bens e serviços e outras despesas de funcionamento, ii) 85 por cento para a massa salarial dos funcionários públicos e as transferências e iii) 90 por cento para a despesa de investimento financiada internamente.

16. Apoiaremos a execução do PARP através do alargamento da protecção social e tomaremos medidas visando a eliminação do gravoso subsídio aos combustíveis.

- ***Sistemas de protecção social.*** A aprovação pelo Conselho de Ministros, em Setembro de 2011, permitiu ao Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS) dar início à implementação de um sistema reformulado de transferências directas de protecção social e lançar programas de obras públicas produtivas em zonas urbanas e rurais, tendo como meta inicial o atendimento a 309 mil beneficiários em 2012 como resultado de um aumento, em termos reais, de 25 por cento na afectação orçamental em relação a 2011. O nosso objectivo é aumentar gradualmente as receitas orçamentais e dos doadores destinados à protecção social de modo a alargar a cobertura para 815 mil beneficiários até 2014. Com a assistência técnica dos nossos parceiros, procuraremos reforçar a nossa capacidade institucional para executar, monitorizar e avaliar esses sistemas. O MMAS reexaminará os mecanismos de definição e selecção dos beneficiários, os procedimentos para pagamento dos benefícios e os sistemas de acompanhamento e avaliação (ex., registo único de beneficiários), tendo como base a avaliação ora em curso do actual sistema de transferências.
- ***Eliminação gradual do subsídio aos combustíveis.*** O governo fez bons progressos na eliminação gradual do subsídio aos combustíveis através de uma série de aumentos de preços. Os preços do gasóleo e da gasolina sofreram um acréscimo de 10 por cento em Abril e 8 por cento em Julho, após o qual só restou um subsídio ao preço do gasóleo na bomba. A menos que haja algum agravamento imprevisto dos preços internacionais, a nossa expectativa é de eliminar todos os subsídios até ao início de 2012, o que nos permitirá retornar à aplicação incondicional da fórmula de fixação dos preços de combustíveis. Nos termos do acordo firmado em Dezembro de 2010, o governo liquidou a dívida total incorrida em 2010 (MT 3,6 mil milhões) face às gasolineiras. Compensaremos as gasolineiras pelas perdas incorridas em 2011, e inscrevemos um montante para esta finalidade no orçamento de 2012. Continuaremos a divulgar nos nossos documentos orçamentais o custo total de quaisquer despesas com combustíveis, de acordo com os melhores princípios de transparência fiscal.
- ***Passes de transporte e subsídios aos alimentos.*** O orçamento de 2012 prevê recursos adicionais para a manutenção dos subsídios à farinha de trigo para pão e para a introdução de

passes para o transporte urbano em 2012. Foi lançado um concurso para a gestão do sistema de passes. Dada a importância de um sistema eficiente de transporte urbano para os nossos cidadãos, sobretudo os pobres, criámos um fundo para a realização de investimentos no sector, como por exemplo a aquisição de autocarros. Este fundo, financiado através da afectação de parte da receita do imposto sobre os combustíveis, receitas dos transportes e venda de activos ociosos do governo, está plenamente integrado ao orçamento do governo central.

17. **O nosso objectivo é continuar a aumentar as despesas nos sectores prioritários.** De momento, a despesa prioritária continuará a ser definida nos termos das categorias programáticas do PARPA de 2006–10, que incluem despesas com educação, saúde, HIV/SIDA, desenvolvimento das infra-estruturas, agricultura, desenvolvimento rural, governação e sistema judicial. Pretendemos aumentar estas despesas de MT 58 mil milhões em 2011 (50 por cento do total das despesas projectadas excluindo empréstimos líquidos) para MT 70 mil milhões em 2012 (51 por cento do total das despesas projectadas excluindo empréstimos líquidos). Após a conclusão do exercício de programação orçamental, a despesa prioritária será redefinida para captar todas as despesas no âmbito dos três pilares principais (agricultura, promoção de emprego e desenvolvimento humano e social) e dos pilares de apoio (gestão macroeconómica e governação) do novo PARP.

18. **O governo reafirma a sua estratégia de estimular o investimento nas infra-estruturas energéticas e de transportes.** A expectativa é de que estes investimentos ajudem a atrair o investimento privado, de modo a apoiar o nosso objectivo de alcançar o crescimento económico sustentável. Manteremos a nossa abordagem prudente na selecção de projectos e daremos prioridade àqueles com boas perspectivas de elevado retorno económico, principalmente considerando que serão financiados com recursos não concessionais sujeitos ao limite máximo de USD 900 milhões nos termos do programa. Faremos com que o ritmo de execução destes projectos seja compatível com a manutenção da estabilidade macroeconómica e da sustentabilidade da dívida.

19. **A implementação da nossa política salarial prosseguirá a um ritmo moderado, compatível com as condições macroeconómicas, sem pôr em risco as admissões de pessoal necessárias aos sectores prioritários.** Até ao fim Março de 2012, o governo concluirá a revisão da estratégia de implementação da política salarial. Após a extensão do sistema electrónico de emissão de folha salarial (e-Folha) a três direcções provinciais este ano, a nossa intenção é estender o e-Folha a todas as direcções provinciais até ao fim Junho de 2012 (**indicador de referência estrutural**). Continuaremos a produzir relatórios salariais trimestrais que serão utilizados pelos Ministérios das Finanças e da Função Pública para acompanhar e controlar as despesas salariais e, no futuro, serão incorporados ao sistema integrado de gestão de recursos humanos.

III. REFORMAS ESTRUTURAIS

A. Gestão Financeira Pública e Divulgação de Dados

20. **As reformas visando melhorar a divulgação de dados e aperfeiçoar o controlo e o acompanhamento da execução orçamental ainda constituem um dos pilares do PSI.** Estão em curso diversas medidas prioritárias, nomeadamente:

- ***Alargamento da cobertura orçamental.*** A implementação faseada do sistema de execução orçamental e-SISTAFE prossegue conforme o planeado. O plano de implementação adoptado em Setembro de 2011 dá ênfase à economicidade e focaliza as entidades que tenham: i) acesso às telecomunicações, electricidade e banca; ii) um orçamento com dimensões mínimas e iii) um número mínimo de funcionários para operar o e-SISTAFE. Com base nesses parâmetros, a nossa expectativa é de que a cobertura do e-SISTAFE aumente para 45 por cento no fim de 2011 e para 52 por cento de todas as despesas até ao de fim 2012.
- ***Transição para o reporte de dados compatível com as IPSAS.*** Em conformidade com a assistência técnica recebida recentemente, estamos a lançar uma reforma gradual do formato da Conta Geral do Estado segundo as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Sector Público (IPSAS) até 2015, a começar pela CGE de 2014. O êxito da reforma dependerá do reforço das capacidades da Direcção de Contabilidade Pública, bem como da aprovação, pelo Ministério das Finanças, de um plano de acção calendarizado sobre a reforma da contabilidade, até ao fim de Julho de 2012. Como um primeiro passo para um padrão compatível com as IPSAS, faremos melhorias no actual relatório da CGE, com as devidas reconciliações e explicações, principalmente no que respeita às contas relativas a dívidas e a transferências entre o governo e outras instituições, até ao de fim Junho de 2012.

B. Gestão da Dívida e Planificação do Investimento

21. **O governo reafirma o seu compromisso em fazer do recém-criado quadro de gestão da dívida e planificação dos investimentos um instrumento eficaz para a tomada de decisões sobre políticas.** O Comité de Gestão da Dívida (CGD) e o Comité de Coordenação de Projectos (CCP) farão reuniões trimestrais e emitirão relatórios regulares ao respectivo ministro de tutela. As deliberações dos comités fornecerão uma visão geral progressivamente mais abrangente dos projectos propostos e a sua avaliação, para além das suas implicações para a gestão da dívida. O governo adiará para Março de 2012 a conclusão do Plano Integrado de Investimento (um indicador de referência estrutural para o final de Dezembro de 2011), para que os quadros do Ministério da Planificação e Desenvolvimento e dos ministérios sectoriais possam beneficiar de um seminário de capacitação a ser ministrado pelo Banco Mundial. De referir, porém, que forneceremos ao corpo técnico do FMI um esboço preliminar no fim de 2011, contendo as primeiras indicações das prioridades em termos de projectos de retorno elevado e como seriam definidas possíveis alternativas de menor custo a estes projectos (inclusivamente através de parcerias público-privadas).

22. Tomaremos as seguintes medidas para tornar mais eficaz a actuação de ambos os comités:

- **Capacidade técnica e de reporte do CGD.** O CGD receberá formação adicional e beneficiará do reforço da capacitação técnica da unidade da dívida do MF. Isto será fundamental para aperfeiçoar e administrar a base de dados da dívida, rever as novas opções de financiamento e elaborar e executar a estratégia da dívida de médio prazo. A unidade da dívida produzirá e submeterá ao CGD relatórios semestrais sobre a dívida no formato recomendado pela assistência técnica recente. O novo formato incorpora indicadores dos custos e dos riscos comparáveis àqueles reportados na estratégia da dívida de médio prazo.
- **Aprovação da Estratégia da Dívida de Médio Prazo (EDMP).** Tendo como base a recente capacitação ministrada pelo FMI e Banco Mundial, o CGD actualizará a EDMP preparada no início do ano corrente, adaptando-a a um formato compatível com as condições macroeconómicas e incluindo diversos cenários de endividamento e propostas para garantir o pagamento regular da dívida. Também pretendemos concluir uma segunda análise anual da sustentabilidade da dívida até ao de fim Dezembro de 2011. A EDMP revista, juntamente com a análise anual da sustentabilidade da dívida, será submetida à aprovação do Conselho de Ministros até ao de fim Março de 2012.
- **Formulação de um plano anual de endividamento interno.** Tendo como base a EDMP, o CGD formulará e publicará, até Junho de 2012, um primeiro plano anual de endividamento interno para o restante de 2012. Um plano anual de endividamento para 2013 será formulado após a aprovação da lei do orçamento de 2013. Este plano incluirá projecções trimestrais de financiamento e amortização e será coerente com as necessidades anuais de financiamento e os fluxos de caixa projectados durante o ano.
- **Fortalecimento dos processos de selecção de projectos.** O CCP procurará melhorar a qualidade das informações prestadas pelos ministérios sectoriais para ajudá-los nos seus esforços de avaliação de projectos. O CCP supervisionará a aplicação efectiva do novo modelo de selecção de projectos. Como complemento ao modelo, até ao de fim Fevereiro de 2012 o CCP fornecerá aos ministérios sectoriais uma relação dos requisitos de informação. Com a assistência técnica do Banco Mundial, até ao de fim Março de 2012 será redigido um manual de preparação de projectos, de modo a continuar a aprimorar as directrizes para a selecção de projectos. Este manual incluirá um mapeamento dos objectivos e critérios para o uso de técnicas padronizadas de avaliação de projectos visando a hierarquização dos projectos e a busca dos níveis mais elevados de retorno económico e social.

C. Administração Tributária

23. Daremos seguimento aos nossos esforços de mobilização de mais receitas procurando, ao mesmo tempo, facilitar a aplicação do regime fiscal às empresas. Este objectivo será atingido sobretudo por novas medidas de modernização da administração fiscal.

- **Desenvolvimento de uma base de dados única do contribuinte.** O projecto de pagamento

electrónico de impostos (e-Tributação) já está em operação, com uma estrutura apropriada de gestão e acompanhamento. Com base nesse projecto, desenvolveremos, a partir de Outubro de 2011, uma base de dados e um número único de identificação do contribuinte, que estarão em plena operação até ao fim Junho de 2012 (**indicador de referência estrutural**). Até ao fim 2012, 80 por cento das pessoas colectivas e 30 por cento das pessoas singulares estarão inscritos nesta nova base de dados.

- **Pagamento de impostos em bancos.** Até ao fim Março de 2012, o MF aprovará o Plano Estratégico para o Pagamento de Impostos via Bancos, que prevê um roteiro calendarizado para o futuro recolhimento de impostos à Conta Única do Tesouro (CUT) através dos sistemas de janela única (alfândegas) e e-Tributação (impostos internos). Isto possibilitará o aumento da transparência, a aceleração dos depósitos na CUT e a consolidação em tempo real das obrigações dos contribuintes.
- **Implementação do projecto de facilitação do comércio com a iniciativa da janela única.** A partir do projecto piloto lançado em Setembro de 2011, a nossa intenção é de que até ao fim 2012 todas as declarações aduaneiras sejam processadas nos sete grande pontos de entrada do país através da janela única e que os impostos e direitos sejam pagos directamente via bancos. Esperamos que 70 por cento das receitas aduaneiras sejam cobradas desta forma.
- **Reforço da Unidade de Grandes Contribuintes (UGC-DCAT).** A moderna gestão continuará a ser reforçada na UGC-DCAT com a criação da figura do “Gestor do Contribuinte”, um elemento permanente de ligação com os grandes contribuintes. A unidade também planeia desenvolver as competências nas áreas de hidrocarbonetos, energia e carvão mineral, para que possa realizar auditorias específicas. A arrecadação da UGC-DCAT deve aumentar de 47 por cento de todas as receitas em 2010 para 52 por cento em 2011, 58 por cento em 2012, 64 por cento em 2013 e 70 por cento no final de 2014.

D. Melhoria da Gestão de Recursos Naturais

24. **Moçambique continua decidido a se tornar um membro de pleno direito da EITI no momento oportuno, em consonância com os nossos assinaláveis progressos visando aumentar a transparência das receitas dos recursos naturais.** Faremos todos os esforços para finalizar e submeter à EITI o mais rapidamente possível o segundo relatório nacional, com base em dados de 2009, para que o país esteja em conformidade com a EITI o quanto antes. Também tomaremos medidas vigorosas para cumprir com as recomendações dos primeiros relatórios de reconciliação e validação.

25. **O governo está a tomar medidas decisivas para reforçar a capacidade técnica e institucional em matéria de gestão de recursos naturais.** Estamos a buscar aconselhamento técnico dos parceiros de desenvolvimento para aperfeiçoar a legislação dos sectores de mineração e petróleo. Também esperamos beneficiar em breve do novo Fundo Fiduciário Específico para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais do FMI para aperfeiçoar o nosso regime fiscal, melhorar as previsões de receitas e encontrar soluções para temas emergentes, como a avaliação dos minerais e a consideração das mais-valias como fonte de receitas. No

entretanto, o governo continuará a analisar criteriosamente as perspectivas para uma potencial renegociação de benefícios fiscais no sector de recursos naturais com os investidores dispostos a tal, salvaguardando a estabilidade do ambiente de negócios em Moçambique.

E. Descentralização Orçamental

26. **Continuaremos a descentralizar as responsabilidades orçamentais tendo em devida conta a existência de capacidades, controlos internos apropriados e financiamento ao nível local.** Para o efeito, estamos a implantar progressivamente o Sistema de Monitoria do Desenvolvimento Distrital (SMdDD), que visa avaliar o desempenho administrativo dos distritos. A nossa meta é avaliar 30 distritos em 2011, 80 distritos em 2012 e 128 distritos em 2013. Estas avaliações serão divulgadas às câmaras distritais e às comunidades.

F. Quadro de Boa Governação

27. **O governo assegurará a aplicação correcta das leis de combate à corrupção após a aprovação destas pela Assembleia da República.** Isto contribuirá para a melhoria do clima de investimento e para inspirar confiança nos intervenientes locais. Para o efeito, até ao fim de Junho de 2012 o governo actualizará a sua Estratégia Anti-Corrupção 2006–10, com base na análise e contribuições da recém-concluída Segunda Pesquisa Nacional sobre Governação e Corrupção, na Estratégia Integrada de Justiça 2009–14 e noutros documentos pertinentes, tal como o relatório sobre a aplicação do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) em Moçambique. O governo assegurará que a estratégia actualizada, bem como uma síntese da análise subjacente e das recomendações, sejam divulgadas aos principais intervenientes para a sua discussão. A nossa matriz do PARP será revista conforme necessário para incorporar as principais acções no âmbito da estratégia.

IV. POLÍTICAS DO SECTOR FINANCEIRO

A. Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento ao Terrorismo

28. **As autoridades continuam a fortalecer o quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo (CBC/FT).** O Gabinete de Informação Financeira (GIFIM) já está em operação, o seu quadro de funcionários está completo e foi-lhe atribuída uma dotação orçamental plena ao abrigo da lei do orçamento de 2012. Contudo, para que o quadro seja inteiramente eficaz e para que outros reguladores, tais como o BM, emitam directrizes pertinentes nas suas respectivas áreas, é preciso que seja aprovada a emenda à lei de CBC/FT. O anteprojecto de lei será apresentado à Assembleia em Dezembro de 2011. Caberá ao MF instituir, presidir e nomear os membros do Grupo de Trabalho Nacional CBC/FT de alto nível, até ao fim de Dezembro de 2011. Em simultâneo, o GIFIM formulará um plano estratégico nacional de CBC/FT, a ser aprovado pelo Conselho de Ministros em 2012. O objectivo do plano estratégico será promover a cooperação nacional, regional e internacional, reforçar o quadro institucional de CBC/FT e estimular a capacitação e os esforços de sensibilização.

B. Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro para 2011–20

29. **Estamos em vias de lançar a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro de Moçambique (2011-20).** O objectivo desta estratégia abrangente, que contou com o apoio técnico do Banco Mundial, é dar a Moçambique condições de financiar de modo mais eficiente o crescimento económico de longo prazo em todo o país, inclusivamente nas zonas rurais. A estratégia é apoiada por três órgãos estratégicos ou operacionais, e até ao de fim Novembro de 2011 serão transmitidos ao Ministro das Finanças, para aprovação, os termos de referência e a composição do Comité Directivo, que será presidido pelo MF; do Comité Técnico Consultivo e da Unidade de Apoio à Implementação, que exercerá uma função de coordenação. Em Fevereiro de 2012 será realizado um seminário sobre a difusão da estratégia. Estamos empenhados em buscar apoio adicional – e preferivelmente conjunto – dos parceiros de desenvolvimento para financiar as actividades da estratégia após Junho de 2012, quando cessar o financiamento do Banco Mundial (FSTAP).

C. Supervisão do Sector Financeiro

30. **O BM irá reforçar a sua supervisão financeira face ao agravamento da turbulência financeira mundial.**

- ***Supervisão prudencial.*** Com o apoio da assistência técnica do FMI, o BM pretende continuar a realizar exercícios regulares de testes de esforço nos bancos. Os riscos de liquidez serão reavaliados à luz das actuais tensões no sistema bancário mundial e os limites à concentração excessiva de activos líquidos serão reforçados. Com vista a adoptar uma abordagem de supervisão bancária baseada no risco, o BM dará seguimento à migração do seu quadro prudencial para as regras do Acordo de Basileia II até 2014.
- ***Plano de contingência para o sector financeiro.*** O BM irá assegurar que o novo plano de contingência para o sector financeiro, a ser concluído até ao de fim Novembro de 2011, seja plenamente difundido à banca até ao de fim Fevereiro de 2012.
- ***Fundo de garantia de depósitos.*** O MF aprovará os regulamentos necessários para a aplicação deste regime até ao de fim Abril de 2012, de modo a garantir a sua implementação em tempo útil tão logo o seu financiamento esteja assegurado.
- ***Sistema privado de segurança social (INSS).*** Contando com a assistência da OIT, estamos empenhados em alargar a cobertura do INSS garantindo, em simultâneo, a sua estabilidade financeira e sustentabilidade. Estes esforços serão norteados pelos resultados do estudo actuarial (a ser concluído até Março de 2012), pela estratégia de investimento divulgada recentemente e pelo nosso forte empenhamento em corrigir as imprecisões detectadas recentemente nas contas financeiras de 2009.

V. MONITORIA DO PROGRAMA

31. Os CAs quantitativos modificados e as metas indicativas para o fim de Dezembro de 2011, as metas indicativas para o fim de Março de 2012 e os CA e metas indicativas para o fim de Junho de 2012 são apresentados na Tabela 1. A Tabela 2 relaciona os indicadores de referência estruturais para o primeiro semestre de 2012. A quarta avaliação do PSI deve ser concluída até ao de fim Junho de 2012 e a quinta até ao de fim 2012.

Tabela 2. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais do PSI

Indicadores de referência estruturais	Data esperada de implementação
O Ministro da Planificação e Desenvolvimento aprovará um Programa Integrado de Investimento, em consulta com o Comité de Coordenação de Projectos, conforme descrito no parágrafo 25 do MPEF datado de 20 de Maio de 2011.	Fim de Março de 2012 ¹
O Banco de Moçambique publicará o seu primeiro relatório trimestral de política monetária, conforme descrito no parágrafo 11.	Fim de Maio de 2012
O Governo concluirá a operacionalização do sistema e-Folha a todas as direcções provinciais, conforme descrito no parágrafo 19.	Fim de Junho de 2012
O Ministério das Finanças colocará em pleno funcionamento a nova base de dados e número único do contribuinte, conforme descrito no parágrafo 23.	Fim de Junho de 2012
O Governo encaminhará à Assembleia uma emenda à Lei do IRPC que retrate as medidas derivadas de um estudo de impacto sobre a equalização do tratamento fiscal entre os BTs e as OTs e entre as operações garantidas e não garantidas no MMI, com vigência a partir de 2013, conforme descrito no parágrafo 10.	Fim de Setembro de 2012

¹ Propôs-se o adiamento da data original do fim de Dezembro de 2011 para permitir aos servidores do Ministério da Planificação e Desenvolvimento e dos ministérios sectoriais que beneficiassem da formação em capacitação na selecção de projectos oferecida pelo Banco Mundial.

ANEXO 2: MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

14 de Novembro de 2011

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de avaliação quantitativos, as metas indicativas e os indicadores de referência estruturais que servirão de base para a monitoria da implementação do programa apoiado pelo FMI no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). Para além disso, o MTE estipula os termos e prazos para a transmissão dos dados de que os técnicos do Fundo necessitam para monitorar a implementação do programa.

I. DEFINIÇÕES

Crédito líquido ao governo central

2. Define-se o crédito líquido do sistema bancário ao governo central (CLG) como a diferença entre o saldo do crédito bancário ao governo central e os depósitos do governo central no sistema bancário, excluídos os depósitos em contas de projectos no sistema bancário, os títulos de recapitalização emitidos ao Banco de Moçambique (BM) e a comissão de assinatura dos acordos para a exploração de recursos minerais. O crédito abrange os empréstimos bancários, os adiantamentos concedidos ao governo central e os haveres na forma de títulos públicos e livranças. O CLG será calculado com base nos dados dos balanços patrimoniais da autoridade monetária e dos bancos comerciais em conformidade com a síntese monetária. Os limites à variação do CLG serão aplicados cumulativamente, a partir do final de Dezembro do ano transacto.

3. O governo central abrange todas as instituições cujas receitas e despesas sejam incluídas no Orçamento do Estado: ministérios do governo central, órgãos sem autonomia financeira e a administração das 11 províncias. Embora os governos locais (43 autarquias) sejam excluídos desta definição por serem independentes, parte da sua receita é registada no orçamento do Estado como transferências aos governos locais.

4. Para efeitos de monitoria do programa, os desembolsos líquidos da linha de crédito portuguesa não concessional são excluídos do critério de avaliação do CLG, pois a despesa correspondente não se enquadra na definição do governo central especificada no parágrafo 3.

Receitas públicas e financiamento

5. A definição de receita engloba todos os recebimentos da Direcção Geral dos Impostos (DGI) e da Direcção Geral das Alfândegas (DGA), bem como todas as receitas não fiscais, inclusivamente algumas receitas próprias geradas pelos distritos e alguns ministérios sectoriais conforme definido no orçamento. O produto líquido da privatização recebido pela Direcção Nacional do Património do Estado e os lucros não realizados transferidos pelo banco central para o tesouro não serão considerados como receita (acima da linha), sendo contabilizados como outro financiamento interno (abaixo da linha).

6. Para fins de monitoria do programa, considera-se que a receita é arrecadada no momento em que é recebida pelas repartições das finanças relevantes, em dinheiro ou em cheque, ou ainda através de transferência para a conta bancária respectiva.

Despesa social prioritária

7. A despesa social prioritária social baseia-se nas categorias programáticas do PARP. Portanto, incluirá a despesa total nos seguintes sectores: i) educação, ii) saúde, iii) HIV/SIDA, iv) desenvolvimento das infra-estruturas, v) agricultura, vi) desenvolvimento rural e vii) governação e sistema judicial.

Base monetária

8. Para fins da monitoria do programa, a base monetária é definida como a soma da emissão de moeda pelo BM e os haveres dos bancos comerciais no BM. A meta é definida em termos da média dos saldos, ao final do dia, no mês da data de teste. O saldo da base monetária será monitorizado e reportado pelo BM.

Reservas internacionais líquidas

9. As reservas internacionais líquidas (RIL) do BM são definidas como os activos de reserva menos os passivos de reserva. Os activos de reserva do BM incluem: a) ouro monetário; b) haveres em DSE; c) posição de reserva no FMI; d) haveres em divisas e e) activos com não residentes, como depósitos no estrangeiro (exclui as contas de poupança do governo central relativas às concessões para a extracção de recursos minerais). Os activos de reserva excluem os activos dados em garantia ou penhorados, os quais compreendem, entre outros, os activos utilizados como garantia de obrigações externas de terceiros (activos não prontamente disponíveis). Os passivos de reserva do BM incluem: a) todos os passivos de curto prazo em moeda estrangeira com não residentes com vencimento original de até um ano e b) todas as obrigações com o FMI.

Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, pelo BM ou por empresas públicas seleccionadas com vencimento superior a um ano

10. O limite máximo (tecto) da dívida externa não concessional aplica-se à dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, o BM, o Fundo de Estradas, o Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG) e a Electricidade de Moçambique (EDM). Também se aplica à dívida contraída por estas três entidades do sector público junto a bancos nacionais ou outras empresas públicas que esteja contratualmente inter-relacionada com empréstimos externos não concessionais.

11. O tecto aplica-se à dívida externa com vencimento original de um ano ou mais e elemento concessional inferior a 35 por cento. O elemento concessional é calculado utilizando taxas de desconto específicas ao país, com base nas taxas de juros comerciais de referência da

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de acordo com a lei orçamental anual. O termo “dívida” terá o sentido especificado no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas em 3 de Agosto de 1979, posteriormente modificadas em 31 de Agosto de 2009. O conceito de dívida externa é definido com base no país de residência do credor. O tecto também se aplica aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Este critério de avaliação é definido cumulativamente a partir do início do programa e será monitorizado continuamente.

Saldo da dívida externa pública de curto prazo

12. O governo central não contrairá ou garantirá dívida externa com vencimento original inferior a um ano. Este critério de avaliação não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa adoptadas em 3 de Agosto de 1979, posteriormente modificadas em 31 de Agosto de 2009, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se deste critério de avaliação os créditos comerciais de curto prazo ligados às importações. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

Atrasados de pagamentos externos

13. O governo compromete-se a não incorrer em atrasados de pagamentos sobre a dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, com excepção dos pagamentos externos em atraso decorrentes da dívida que está em processo de renegociação com os credores. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

Assistência financeira externa ao programa

14. Define-se a assistência financeira externa ao programa como os donativos e os empréstimos recebidos pelo Ministério das Finanças através das contas do BM, excluídos os relacionados a projectos (Tabela 1).

Pagamentos efectivos do serviço da dívida externa

15. Definem-se os pagamentos efectivos do serviço da dívida externa como os pagamentos em numerário de obrigações do serviço da dívida externa do governo e do banco central, inclusivamente as obrigações com os credores do Clube de Paris e outros credores bilaterais que foram reescaladas nas condições vigentes no ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada e as obrigações com os credores multilaterais e credores privados, mas excluídas as obrigações com o FMI (Tabela 1).

II. FACTORES DE AJUSTE

Reservas internacionais líquidas

16. As metas quantitativas (pisos) para as reservas internacionais líquidas (RIL) serão ajustadas:

- para menos pelo montante da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao máximo de USD 100 milhões), em comparação com o cenário de base do programa (Tabela 1);
- para menos/para mais para acompanhar quaisquer revisões nos números do final do ano fiscal correspondentes ao ano transacto e
- para menos para acomodar a elevação das despesas públicas com financiamento externo para fazer face a calamidades naturais, até ao montante de USD 20 milhões.

Crédito líquido ao governo central

17. As metas quantitativas (tectos) para o crédito líquido ao governo central (CLG) serão ajustadas:

- para mais pelo montante em Meticais da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao equivalente em Meticais do montante de USD 100 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de teste), em comparação ao cenário de base do programa (Tabela 1);
- para menos pelo montante das receitas de privatização acima do previsto no programa, salvo se este produto for depositado em contas de poupança do governo no estrangeiro;
- para menos (mais) em função de qualquer aumento (diminuição) no financiamento interno proveniente do sector privado não financeiro e
- para mais para acomodar a elevação da despesa pública com financiamento interno para fazer face a calamidades naturais, até ao equivalente em Meticais do montante de USD 20 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de teste.

Base monetária

18. A meta quantitativa (tecto) para a base monetária será ajustada para mais em função do saldo da emissão de moeda pelo BM que ultrapassar o nível previsto no programa. Para fins de programação, os saldos da base monetária e da moeda em circulação são definidos em termos da média dos saldos, no fim do dia, no mês da data de teste. A meta será ajustada em até MT 750 milhões para fins de Dezembro de 2011 e em até MT 250 milhões para fins de Março, de Junho, de Setembro e de Dezembro de 2012 (Tabela 1).

19. O tecto para a base monetária para cada data de teste será ajustado para menos/para mais de modo a reflectir acréscimos/decréscimos nas reservas obrigatórias incidentes sobre os passivos nos bancos comerciais. O factor de ajuste será calculado como a alteração no coeficiente de reserva obrigatória multiplicado pelo montante dos passivos dos bancos comerciais sujeitos a esta reserva, considerado ao final do período de manutenção da reserva obrigatória anterior à alteração do regulamento.

III. REPORTE DE DADOS E OUTRAS DECLARAÇÕES

20. O governo fornecerá as seguintes informações aos técnicos do Fundo:

- dados mensais e trimestrais necessários para monitorizar a implementação do programa em relação às metas quantitativas e à evolução económica mais ampla;
- actualização semanal dos dados diários descritos na Tabela 1;
- dados semanais descritos na Tabela 4 do MTE datado de 26 de Maio de 2005;
- actualizações mensais do fluxo de caixa em divisas do BM;
- dados mensais sobre receitas públicas (com nível de desagregação compatível com o mapa fiscal) com um desfasamento não superior a um mês;
- informações mensais sobre o saldo das contas de poupança do governo no estrangeiro;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos internos;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos externos;
- relatórios mensais de execução orçamental (que também serão publicados) com um desfasamento não superior a 45 dias;
- o mapa fiscal, com um desfasamento não superior a 60 dias;
- dados da síntese monetária mensal com um desfasamento não superior a 30 dias;
- dados mensais sobre as reservas internacionais brutas, com a composição nas moedas originais e o equivalente em dólares norte-americanos, às taxas de câmbio efectivas;
- dados trimestrais da balança de pagamentos com um desfasamento não superior a 65 dias; e
- os desembolsos mensais da linha de crédito portuguesa não concessional, com um desfasamento não superior a 30 dias.

21. A síntese monetária disponibilizada pelo BM identificará claramente os depósitos referentes a projectos financiados por doadores incluídos na rubrica crédito líquido ao governo dos balanços patrimoniais do banco central e dos bancos comerciais (com a desagregação em moeda nacional e moeda estrangeira).

22. O governo submeterá ao Fundo a documentação sobre acordos de financiamento externo tão logo estes sejam assinados e entrem em vigor.

Tabela 1 do MTE. Moçambique: Ajuda Externa Líquida, 2011-12

	2011						2012	
	T1		T2		T3	T4	T1	T2
	Prog.	Efect.	Prog.	Efect.	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
Ajuda externa líquida ao programa (milhões de USD)	129	145	126	138	104	36	70	198
Ajuda externa bruta ao programa	144	160	140	153	119	51	94	222
Donativos	144	160	140	153	119	19	94	137
Empréstimos	0	0	0	0	0	32	0	85
Serviço da dívida externa	15	15	15	15	15	15	24	24
Ajuda externa líquida ao programa (milhões de MT)	4.732	4.552	3.802	4.072	3.170	925	2.032	5.931
Ajuda externa bruta ao programa	5.253	5.075	4.337	4.600	3.693	1.433	2.753	6.685
Donativos	5.253	5.075	4.337	4.600	3.693	547	2.753	4.125
Empréstimos	0	0	0	0	0	886	0	2.560
Serviço da dívida externa	521	523	535	528	523	508	722	754
Stock da moeda em circulação (milhões de MT)	16.098	17.107	19.164	19.083	22.512	23.650	21.230	23.272
Stock da moeda em circ. (milhões de MT), def. do prog.	15.878	17.323	18.430	18.721	21.901	23.600	21.499	22.830

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Apêndice II. O IMPACTO DOS MEGAPROJECTOS NO CRESCIMENTO DE MOÇAMBIQUE⁴

Os megaprojectos deram um contributo importante para o êxito económico de Moçambique na última década. Com o início das operações dos projectos de carvão em Tete em 2011 e a expansão da produção de gás natural nos próximos anos, estes projectos têm igualmente o potencial de impulsionar o crescimento económico no futuro. A partir de dados micro e macroeconómicos, estimámos o impacto directo dos megaprojectos sobre o PIB a custo de factores. As estimativas preliminares indicam que os megaprojectos teriam o potencial de produzir um acréscimo de 2 a 4 pontos percentuais (p.p.) no crescimento anual e de contribuir directamente para ganhos de até 18 por cento no valor acrescentado total até 2016.

I. VISÃO GERAL SOBRE OS MEGA PROJECTOS

1. **Os megaprojectos são actividades do tipo insular de grandes proporções e com uso intensivo de capital, que se baseiam na extracção de recursos ou na importação de bens intermédios e exportam a quase totalidade da sua produção.** Nesta altura, seis megaprojectos estão em operação em Moçambique (Tabela 1): i) a hidroeléctrica de Cahora Bassa; ii) a fundição de alumínio Mozal; iii) o projecto de exploração de gás natural da Sasol; iv) o projecto de areias pesadas da Kenmare; v) a mina de carvão da Vale e vi) a mina de carvão da Rio Tinto. A Sasol e a Kenmare começaram a expandir a capacidade em 2011; a Mozal e Cahora Bassa estão a estudar planos de expansão no futuro próximo. Para além disso, diversos projectos encontram-se actualmente em fase de exploração e desenvolvimento, nomeadamente: i) a construção de uma barragem e uma unidade de geração de energia em Mphanda-Nkuwa; ii) a exploração de petróleo e gás pela Anadarko, ENI, Statoil e Petronas; iii) a exploração de carvão pela JSPL e iv) a exploração de areias pesadas em Chibuto.

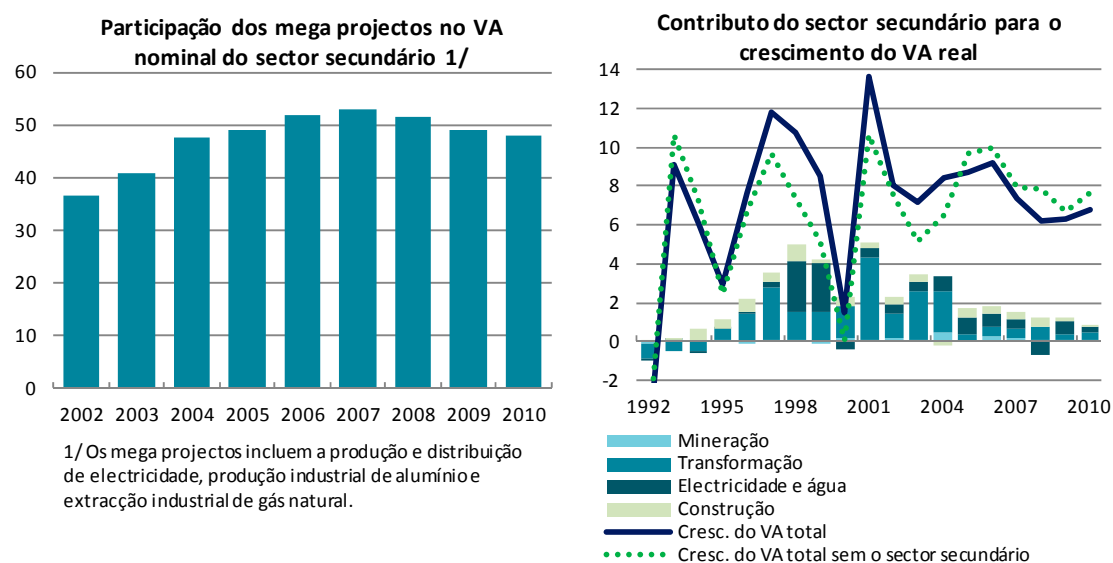
2. **Os dados das contas nacionais sobre o valor acrescentado ao sector secundário ajudam a formar um quadro mais completo do papel dos megaprojectos (Figura 1).** Estes dados, que fundamentam a presente análise, estão disponíveis com um horizonte temporal mais alargado do que os dados individuais de cada projecto. O relançamento da geração de energia na hidroeléctrica de Cahora Bassa em Dezembro de 1997, após a restauração das linhas de transmissão destruídas durante a guerra civil, produziu um acréscimo de 2,5 p.p. no PIB em 1998 e em 1999. O lançamento do projecto Mozal I contribuiu para um acréscimo de 2 a 4 p.p. no crescimento do PIB em 2000 e 2001, respectivamente. Complementarmente à análise, os dados mais completos disponíveis sobre o valor acrescentado dos megaprojectos no período de 2002–2010 mostram que a participação dos megaprojectos no valor acrescentado do sector secundário teve um aumento aproximado de um terço durante o período, passando de cerca de 37 por cento em 2002 para 48 por cento em 2010. O contributo do sector secundário para o acréscimo do valor acrescentado foi de 1,8 por cento em média na década de 1990 e 2,1 por cento na década de 2000.

⁴ Elaborado por Katsiaryna Svirydenka (AFR).

Tabela 1. Lista de Mega Projectos

Nome da Empresa	Sector	Localização (cidade, província)	Capacidade/reservas	Construção	Produção
<u>Projectos actuais e ampliações em estudo</u>					
1 Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB)	geração de electricidade	Cahora Bassa, Tete			
	HCB		2.075 MW	1995-97	1998
	HCB_Norte		1.240 MW		
2 Mozal Mozal I Mozal II Mozal III	fundição de alumínio	Parque Industrial Beluluale, Maputo	245 mil toneladas 245 mil toneladas	1998-2000 2001-2003	2000 2003
3 Sasol	gás natural	Campos de gás de Pande e Temane, Inhambane	154 GJ	2002-2004	2004
	expansão de 50%		183 GJ	2011	arranque até 2016
4 Kenmare	areias pesadas	Moma, Nampula		2004	2007
5 Vale (CVRD)	carvão	Mina de Moatize, Tete	25 milhões de toneladas por ano	2007-2011	2011
6 Rio Tinto	carvão	Mina de Benga, Tete	38 milhões de toneladas por ano		2012
<u>Em estudo</u>					
1 Mphanda Nkuwa	electricidade	Rio Zambeze, Tete	1500 MW	2011-2015	
2 Anadarko (EUA), ENI (Itália), Statoil (Noruega), Petronas (Malásia)	gás natural	Bacia de Rovuma	10 trilhões de pés cúbicos 15 trilhões de pés cúbicos		
3 JSPL	carvão	Distrito de Changara, Tete	10 milhões de toneladas		arranque 2012-2016
4 Corridor Sands	areias pesadas	Chibuto, província de Gaza			

Figura 1. Os Mega Projectos e o Sector Secundário



Fonte: Contas nacionais.

II. IMPACTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

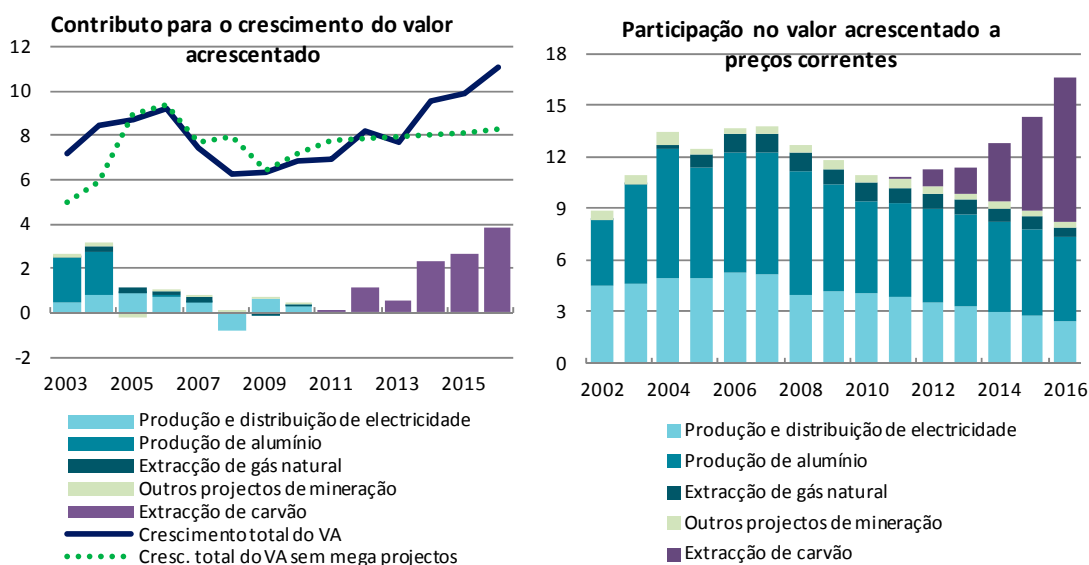
Historicamente, a fase de arranque de um megaprojecto até à sua operação em plena capacidade contribuiu com até 4 p.p. para o crescimento anual do PIB.

3. **Estimámos o contributo dos megaprojectos para o crescimento do PIB a custo de factores.** O PIB a custo de factores é a soma do valor acrescentado dos ramos de actividade, abstraindo-se os impostos indirectos e os subsídios à produção. O valor acrescentado equivale à diferença entre o produto bruto de um ramo de actividade (que consiste nas vendas ou recebimentos e outros rendimentos operacionais, ajustado pelos impostos sobre os produtos básicos e as variações das existências) e o custo dos seus factores intermédios (nomeadamente energia, matérias primas, produtos semi-acabados, serviços que são adquiridos de todas as fontes). Dada a dificuldade de se estimar os deflatores do consumo intermédio, ao invés de utilizar o método de dupla deflação assumimos que as participações dos valores acrescentados nominal e real do carvão no valor acrescentado bruto sejam iguais.

4. **Durante o período 2003-10, os megaprojectos contribuíram com até 4 p.p. para o crescimento do valor acrescentado.** Considerando que a sua produção está sujeita a restrições em termos de capacidade, há uma certa dinâmica no papel que os megaprojectos desempenham no que diz respeito aos agregados macroeconómicos. Ao iniciar as operações, e até atingir a capacidade plena, os megaprojectos estimulam o crescimento. A duplicação da capacidade da Mozal em 2003-04, por exemplo, resultou num estímulo de mais de 2 p.p. ao crescimento do valor acrescentado total (Figura 2). A própria magnitude das operações da Mozal e o facto de que a empresa atingiu a plena capacidade no intervalo de um ano explicam estes surtos de crescimento. Contudo, uma vez atingida a capacidade, a produção do megaprojecto pára de crescer. Consequentemente, o contributo do megaprojecto para o crescimento desaparece e a sua participação no valor acrescentado tende a apresentar um certo decréscimo decorrer ao longo do tempo, à medida que ele é superado por outros sectores com taxas de crescimento positivas.

Desta feita, a capacidade dos megaprojectos de serem motores contínuos de crescimento depende do lançamento de novos projectos e da ampliação da sua capacidade, tal como se verifica presentemente em Moçambique, bem como da maior utilização de bens e serviços produzidos internamente e da subcontratação, que afectam o crescimento através de canais indirectos.

Figura 2. Impacto Directo dos Actuais Megaprojectos sobre o Valor Acrescentado



Fontes: Contas nacionais e cálculos do corpo técnico.

A médio prazo, o contributo dos megaprojectos tenderá a aumentar.

5. **Os pressupostos para o horizonte das projecções são os seguintes:** o cenário de crescimento contrafactual presume que a taxa de crescimento do sector se mantenha no nível registado em 2010, o que resulta numa trajectória de crescimento linear do PIB a custo de factores, de 6,8 por cento em 2010 para 7,6 por cento em 2016. A expansão da produção dos megaprojectos incorpora um arranque linear de 50 por cento na capacidade da Sasol até 2016 e o início da produção de carvão pela Vale em 2011 e pela Rio Tinto em 2012, com a previsão de que cada projecto atinja a capacidade plena em 2016 e 2020, respectivamente.

6. **A produção de carvão é fortemente dependente dos constrangimentos infra-estruturais.** Segundo as actuais estimativas de reservas, a mina de Moatize, da Vale, teria uma capacidade de produção anual de 25 milhões de toneladas, e as minas de Benga, Zambeze e Tete, da Rio Tinto, teriam uma capacidade de 45 milhões de toneladas. Contudo, o escoamento da produção de carvão para os mercados mundiais enfrenta constrangimentos em termos de infra-estruturas. A actual capacidade da linha férrea de Sena, que faz a ligação entre a província de Tete e o porto da Beira, está restrita a 2 milhões de toneladas, contra uma possível capacidade estimada de 6 milhões de toneladas, por causa do seu mau estado de conservação. A empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), espera concluir a reabilitação desta linha até ao início de 2013, o que elevaria para 4,3 e 1,5 milhões de toneladas a produção da Vale e da Rio Tinto, respectivamente, naquele ano. A Vale está empenhada em construir uma nova linha férrea para o porto de Nacala, o que lhe permitiria produzir a plena capacidade; a previsão é que

esta linha seja concluída em 2015. A Rio Tinto aguarda os resultados da avaliação do impacto ambiental e dos estudos de viabilidade do transporte fluvial no rio Zambeze, que poderia ser iniciado já em 2014 se os resultados dos estudos forem favoráveis, em cujo caso a produção da Rio Tinto ultrapassaria 10 milhões de toneladas. Se for considerada viável, a construção de uma linha férrea adicional na margem direita do rio Zambeze permitiria à Rio Tinto atingir a capacidade plena em 2020. Este pressupostos sobre a evolução das infra-estruturas — a reabilitação da linha de Sena até 2013, o início do transporte fluvial em 2014 e a entrada em operação da linha de Nacala em 2016 — servem de base para as projecções da produção de carvão das duas empresas.

7. **Se a evolução das infra-estruturas prosseguir conforme planeado, o crescimento do sector de carvão fará com que a participação dos megaprojectos ascenda a 18 por cento do valor acrescentado até 2016 (Figura 2).** Estima-se que o contributo directo para o crescimento do PIB situe-se entre 2 e 4 p.p. ao ano. A duplicação da capacidade da Sasol não produz o mesmo efeito sobre o crescimento por causa da sua participação relativamente baixa no valor acrescentado. É provável que isto mude quando as novas descobertas de gás pela Anadarko e a ENI começarem a ser exploradas ainda no decurso da presente década.

8. **De referir, porém, que os megaprojectos não criarão um número significativo de empregos.** Historicamente, o contributo dos megaprojectos no emprego tem sido pequeno. Em 2010, estima-se que os megaprojectos tenham empregado cerca de 3.800 pessoas, em comparação com um total de 10,2 milhões de empregos e a uma população de 23,4 milhões. Quando as minas de carvão atingirem a sua capacidade em 2016, espera-se que gerem um acréscimo de cerca de 7.000 mil empregos internos, o que elevará para 0,01 por cento a participação dos megaprojectos no total de empregos gerados.

Referências

- Andersson, P. 2001. “The impact of the mega projects on the Mozambican economy”. GEST Discussion paper, No. 18.
- Castel-Branco, C., 2003. “Impacts of the Mozal Aluminum Smelter on the Mozambican Economy”. Relatório apresentado à Mozal. Maputo.
- Clement, J. e S. Peiris (eds.), 2007. Post-Stabilization Economics in Sub-Saharan Africa: Lessons from Mozambique. Fundo Monetário Internacional (FMI), 2007.
- Sonne-Schmidt, C., Arndt, C. e M. Mag, 2009. “Contribution of Mega-Projects to GDP in Mozambique”. II Conferência IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”.



Comunicado de Imprensa No. 11/449
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
7 de Dezembro de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

FMI conclui a Terceira Avaliação do Acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a terceira avaliação do desempenho económico da República de Moçambique no âmbito do acordo trienal ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI).¹ A decisão do Conselho foi tomada por decurso de prazo.²

Moçambique continua a resistir bem à turbulência económica mundial. O crescimento do PIB real deverá continuar acima dos 7 por cento em 2011, em consequência das boas colheitas agrícolas, sólido desempenho no sector de serviços e o início de operação de novos megaprojectos no sector de recursos naturais. Apesar do agravamento dos riscos relacionados com o ambiente externo, a estabilidade macroeconómica de Moçambique e o conjunto de políticas prudentes postas em práticas nos últimos anos devem ajudar a economia a mitigar o impacto de uma desaceleração económica global temporária. O aperto da política monetária em 2011 foi eficaz no controlo da inflação. A prudência na execução do Orçamento de 2011 contribuiu para a adopção de um conjunto de políticas cautelosas que estimularam a estabilidade macroeconómica num momento crítico e colocaram o país numa posição favorável para reagir a riscos de deterioração da conjuntura, caso fosse necessário. Todas as metas quantitativas para o final de Junho de 2011 foram cumpridas, com a excepção da do crescimento da base monetária, que foi ultrapassada por uma pequena margem. Houve igualmente bons avanços na agenda de reformas estruturais.

O programa económico das autoridades no âmbito do PSI continuará a enfatizar a preservação da estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, juntamente com a promoção do desenvolvimento sócio-económico. A política monetária estará orientada para continuar a reduzir a inflação e estimular o aprofundamento do sector financeiro. A política fiscal terá como objectivo aumentar o investimento público para colmatar as deficiências infra-estruturais e apoiar a expansão das redes de protecção social de modo a combater a pobreza crónica, em consonância com a estratégia de redução da pobreza (PARP) das autoridades para o quadriénio 2011-2014. A expectativa é de que o espaço fiscal necessário para o alcance de tal objectivo seja criado através do vigoroso esforço de arrecadação, da eliminação do subsídio aos combustíveis, de empréstimos não concessionais

selectivos e do aumento moderado do endividamento interno. As reformas estruturais do programa terão como foco a melhoria da gestão financeira pública, incluindo gestão da dívida, administração e política tributárias e o quadro de política monetária.

O Conselho aprovou o segundo acordo trienal com Moçambique ao abrigo do PSI em 14 de Junho de 2010 (ver Comunicado de Imprensa No. 10/242), após o término do PSI anterior e a conclusão da última avaliação do acordo de acesso elevado com duração de doze meses (no montante de DSE 113,6 milhões) ao abrigo do Mecanismo de Protecção contra Choques Exógenos (ESF), destinado a prover apoio temporário à balança de pagamentos para fazer face à crise mundial (ver Comunicado de Imprensa No. 09/247).

¹ O enquadramento do PSI foi concebido visando países de baixo rendimento que talvez não necessitem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em trabalhar em estreita cooperação com o Fundo para a elaboração e o endosso dos seus quadros de política. Os programas apoiados por esse instrumento têm como base as estratégias nacionais de redução da pobreza elaboradas num processo participativo que envolve a sociedade civil e os parceiros no desenvolvimento. O desempenho dos países membros no âmbito do PSI é avaliado a cada seis meses.

² O Conselho de Administração toma decisões por decurso de prazo quando considera que uma proposta pode ser avaliada sem a necessidade de convocar discussões formais.